



## 16 DE MAIO DE 2017

### Terça-feira

- ARTIGO: ESPERANÇAS E EXPANSÃO ECONÔMICA
- RUMOS DA POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA SÃO DISCUTIDOS EM SEMINÁRIO NO MDIC
- APRIMORAMENTO DA LEI DO BEM E MODERNIZAÇÃO DO INPI SÃO IMPRESCINDÍVEIS PARA EMPRESAS INOVAREM NO BRASIL
- ARTIGO: DESENVOLVIMENTO NÃO CAI DO CÉU
- CERTIFICADOS DE ORIGEM DIGITAIS COMEÇAM A VALER NO COMÉRCIO ENTRE BRASIL E ARGENTINA
- BRASIL E EUA TERÃO CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO ELETRÔNICO PARA FACILITAR COMÉRCIO BILATERAL
- EUNÍCIO EXCLUÍ NOVE ARTIGOS DE RELATÓRIO DA MP DA REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
- COMO SÃO TRIBUTADAS AS EMPRESAS NO BRASIL
- POSSÍVEL DERRUBADA DE VETO À LEI DO ISS PREOCUPA EMPRESAS
- COMISSÃO APROVA EXPEDIÇÃO DE LICENÇAS EM ATÉ 30 DIAS PARA EMPRESAS DE BAIXO RISCO
- FINANÇAS REJEITA CRIAÇÃO DE ESTATUTO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA RURAL
- FORD COGITA MILHARES DE DEMISSÕES PARA MELHORAR RENTABILIDADE
- CORREIOS VÃO REABRIR PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA NESTE MÊS
- REFORMA TRABALHISTA SERÁ DEBATIDA EM SESSÃO TEMÁTICA NESTA TERÇA-FEIRA
- REFORMA TRABALHISTA VAI DEMORAR ATÉ 8 ANOS PARA 'PEGAR', DIZ JOSÉ PASTORE

- ARTIGO: NOVAS REGRAS TRABALHISTAS PRECISAM INIBIR CORRUPÇÃO NAS EMPRESAS
- TEMER DIZ QUE PODE VETAR QUESTÃO DO TRABALHO INSALUBRE PARA MULHERES EM REFORMA
- MINISTRO DESTACA MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA, SISTEMA ANTIFRAUDE E EXTENSÃO DE SAQUE DO ABONO
- CLIMA PARA REFORMA DA PREVIDÊNCIA MUDOU, DIZ TEMER
- GOVERNO REFAZ CARTILHA PARA EXPLICAR REFORMA DA PREVIDÊNCIA MAIS BRANDA
- PARA APROVAR REFORMA, GOVERNO CEDE EM NOVO PROGRAMA PARA DEVEDORES
- DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA TEM NÚMEROS CONTUNDENTES E ESTÁ SE AMPLIANDO, DIZ TESOURO
- DÍVIDA CRESCE 15% AO ANO, DIZ PROCURADOR DA FAZENDA EM CPI DA PREVIDÊNCIA
- 'DETURPAM A REFORMA DA PREVIDÊNCIA COM CONTRAINFORMAÇÃO'
- TEMER DIZ QUE CORRIGIR A TABELA DO IMPOSTO DE RENDA 'SERIA ÚTIL, MAS COMPLICADO'
- MATERIAIS E SERVIÇOS DA CONSTRUÇÃO FICAM MAIS BARATOS NO IGP-10 DE MAIO, DIZ FGV
- IGP-10 DE MAIO RECUA 1,10% ANTE QUEDA DE 0,76% EM ABRIL, REVELA FGV
- IPC-S FICA EM 0,30% NA 2ª QUADRISSEMANA DE MAIO ANTE 0,26% NA ANTERIOR, DIZ FGV
- BALANÇA COMERCIAL TEM SUPERÁVIT DE US\$ 2,038 BILHÕES NA 2ª SEMANA DE MAIO
- FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS POR BANCOS DE MONTADORAS CRESCE 18,4% NO 1º TRI
- SUBCOMISSÃO VAI REVER LEGISLAÇÃO SOBRE RECALL
- AUTOPEÇAS: FATURAMENTO CRESCE 15,3% NO TRIMESTRE
- LYFT FAZ PARCERIA COM EMPRESA DO GOOGLE COM FOCO EM CARROS AUTÔNOMOS
- VOLVO USARÁ NOVA INTERFACE BASEADA NO ANDROID EM SEUS CARROS
- ARGENTINA REDUZ IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO DE HÍBRIDOS E ELÉTRICOS
- LIFAN RETOMA AOS POUCOS A PRODUÇÃO URUGUAIA

- **BRASIL ADOTA MEDIDA PARA PROTEGER USINAS DE IMPORTAÇÕES DE ETANOL DOS EUA**

<b>CÂMBIO EM 16/05/2017</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,089	3,090
<b>Euro</b>	3,420	3,421

**Fonte: BACEN**

### **Artigo: Esperanças e expansão econômica**

16/05/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

***A despeito da queda da inflação e dos juros, os atores estariam conformando-se com o cenário de estagnação econômica e preferindo aguardar o desenlace das reformas***

A recente divulgação de dois indicadores antecedentes, englobando as variáveis relacionadas às expectativas da base (empresários industriais) e da ponta (consumidores) da matriz econômica e social para o mês de abril de 2017, serviu para restaurar o sentimento de desesperança dos agentes quanto à rápida superação do quadro de estagnação da economia brasileira.

Mais precisamente, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), medido mensalmente por pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizada com aproximadamente 3 mil empresas, recuou de 54,0 pontos para 53,1 pontos entre março e abril de 2017, depois de três meses seguidos de evolução. O indicador varia entre zero e 100 pontos, denotando a formação de um clima de otimismo sempre que superar 50 pontos.

Mesmo que o declínio apurado tenha deslocado o parâmetro para uma linha inferior à média histórica de 54,0 pontos, o termômetro da confiança dos industriais permanece em patamares bastante superiores aos registrados nos momentos críticos de outubro de 2015 (35,0 pontos), marcados por disparada da inflação e acentuação da recessão; e abril de 2016 (36,8 pontos), coincidindo com a instauração do impeachment da presidente Dilma, pela Câmara dos Deputados.

O horizonte prospectivo está acéfalo de referências consistentes de recuperação encorpada da demanda doméstica

De seu turno, a Intenção de Consumo das Famílias (ICF), acompanhada por sondagem mensal efetuada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) por meio da sistematização de 18 mil consultas, recuou de 78,2 pontos, em março de 2017, para 77,8 pontos, em abril de 2017, depois de registrar trajetória ascendente desde agosto

de 2016. O indicador flutua entre zero e 200 pontos, sendo que os 100 pontos constituem a linha divisória entre a sensação de pessimismo e otimismo.

Nesse particular, embora ainda situe-se acima do tempo crítico de junho-julho de 2017 (68,7 pontos), o propósito de compra encontra-se consideravelmente distante do recorde de 143,4 pontos constatado em dezembro de 2010, ocasião do auge do *boom* de consumo, patrocinado por renúncias tributárias e farta disponibilidade de crédito, no fim do segundo mandato de Lula.

Uma observação atenta do comportamento destas estatísticas qualitativas permite inferir que, a despeito da queda da inflação e dos juros, os atores estariam conformando-se com o cenário de estagnação econômica e preferindo aguardar o desenlace das reformas da Previdência e trabalhista e acompanhar, de perto, os ensaios do espetáculo eleitoral de 2018.

Mais que isso, o horizonte prospectivo de corporações e famílias está acéfalo de referências consistentes de recuperação encorpada da demanda doméstica, por conta dos apreciáveis níveis de desemprego, custo do crédito, endividamento e inadimplência privados, além da pauperização orçamentária e financeira do setor público, nas três esferas (União, estados e municípios), que compromete dramaticamente as alocações de recursos em infraestrutura econômica e social.

A postergação das escolhas estratégicas também vem sendo influenciada pela exacerbação das incertezas políticas, caracterizada pelo delineamento de uma curva exponencial de envolvimento de representantes do Legislativo e Executivo federal, adicionada de guerreiros de instâncias subnacionais, nos crimes investigados de desvios de haveres públicos.

Afinal de contas, não constitui obra do acaso a inclusão de incontáveis membros do governo e do Congresso na folha de salários de um dos maiores grupos empresariais do país.

(Gilmar Mendes Lourenço, economista e consultor, é professor da FAE Business School e ex-presidente do IparDES).

## **Rumos da política industrial brasileira são discutidos em seminário no MDIC**

16/05/2017 – Fonte: MDIC

A secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial (SDCI) do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) promoveu no seminário para tratar das principais tendências e o futuro da política industrial brasileira. O secretário da SDCI Igor Calvet, discutiu com especialistas ações de retomada do crescimento industrial no contexto atual da economia brasileira.

Segundo o secretário, “a estrutura da produção mundial está num processo acelerado de mudanças, com ondas de protecionismo, alterações de rumos na política da Europa e avanços em infraestrutura tecnológica, que mudaram os padrões de competitividade em todo o mundo”.

Igor frisou que no Brasil o momento atual da economia demanda a análise de alternativas que não envolvam renúncia fiscal. “Temos de pensar em alternativas de políticas de desenvolvimento industrial de intervenções mínimas”, afirmou.

David Kupfer, professor e diretor de competitividade industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro, traçou a trajetória da política industrial brasileira a partir dos anos 80, década que marcou o início da aceleração da globalização e destacou que “na atualidade é preciso pensar no espaço ocupado pela política industrial que, além de

meios como recursos financeiros, requer o fortalecimento da política representativa no Brasil.

As principais tendências de política industrial observadas em países com estrutura produtiva similar à brasileira e de setores da indústria nacional também serviram como fonte de estudo. Maurício Canedo Pinheiro, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), destacou que para que seja bem sucedida, a política industrial deve ser sustentável e contínua. "É preciso evitar períodos de paralização e ter critérios bem elaborados de avaliação da política", disse.

### **Aprimoramento da Lei do Bem e modernização do INPI são imprescindíveis para empresas inovarem no Brasil**

16/05/2017 – Fonte: CNI

**Representantes do governo admitem mudanças na legislação e na estrutura de análise de patentes. Presidente da CNI, Robson Braga de Andrade afirma que a MEI usará inteligência para aumentar a quantidade de empresas inovadoras no país**



Nos últimos seis anos, o Brasil caiu 22 posições no ranking do Índice Global de Inovação

Agenda prioritária da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), o aumento da quantidade de empresas inovadoras no Brasil depende de fatores como a modernização do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e o aprimoramento da Lei do Bem, que concede incentivos fiscais a empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Nos últimos anos, houve avanços nos processos de concessão de patentes, mas ainda muito tímidos em face do que a indústria brasileira necessita para se tornar competitiva no mercado internacional. O tema foi debatido nesta sexta-feira (12), em São Paulo, durante reunião do Comitê de Líderes da MEI, coordenada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, alertou que a MEI irá colaborar para que o Brasil dê um salto na cultura de inovação entre as empresas. Ele defendeu melhorias na Lei do Bem, que hoje tem um alcance restrito, e frisou que a MEI usará a inteligência para difundir a cultura da inovação para uma quantidade cada vez maior de empresas. "Temos condições de pegar a inteligência da MEI e orientar o trabalho do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) para que consigamos dar mais impulso à inovação", afirmou Andrade.



Líder da MEI e membro do Conselho de Administração do Grupo Ultra, Pedro Wongtschowski ressaltou que alguns pontos para a melhoria da inovação do Brasil vêm evoluindo, mas observou que esta agenda ainda está muito longe do ideal no país.

O longo prazo para a concessão de patentes e a falta de incentivos são empecilhos para o desenvolvimento da inovação. Wongtschowski classificou de "inaceitável" o prazo para a concessão de patentes no Brasil, que, segundo ele, excede a casa de 12 anos.

O empresário sugere que o INPI, hoje vinculado ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, seja transformado em autarquia para que passe a dispor de mais recursos e, assim, amplie seu quadro de pessoal e sua infraestrutura. Além disso, ele defende que universidades possam atuar em algumas etapas da análise de patentes a fim de otimizar o processo.

"Se o INPI não mudar a sua estrutura jurídica, não resolver seu backlog e não terceirizar a análise de pedidos de patentes, esse problema (de demora na concessão de patentes) continuará para a indústria brasileira", frisou Wongtschowski.

**GOVERNO ADMITE MUDANÇAS** - De acordo com o presidente do INPI, Luiz Otávio Pimentel, o instituto passa por uma fase de modernização dos processos e de aumento na quantidade de análise de patentes.

Segundo ele, houve ampliação de 35 para 55 exames finais anuais de patentes. No entanto, ele admite que o INPI precisa passar por uma transformação em relação à análise de patentes para a indústria, de forma a levar eficiência ao processo de patentes sem que haja perda na qualidade das análises.

Para o secretário-executivo do MDIC, Marcos Jorge Lima, é justo que os dispêndios de P&D sejam abatidos em sua integralidade. "Estamos completamente abertos a pensar fora da caixa e melhorar a questão do INPI. Embora estejamos num contexto de grave crise fiscal, estamos dispostos a discutir com a CNI e com a MEI uma alternativa mais viável para o INPI", disse.

O secretário substituto de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Jorge Mário Campagnolo, enfatizou, por sua vez, que há um ambiente propício para o aprimoramento de instrumentos de incentivo à inovação, como a Lei do Bem.

Entre as propostas da pasta, segundo ele, estão a permissão de transferência de recursos para realização de P&D para empresas de qualquer porte, a criação de incentivos específicos para empresas que operam no lucro presumido e no simples, e a permissão dos dispêndios com pesquisa tecnológica.

**ÍNDICE GLOBAL DE INOVAÇÃO** - Nos últimos seis anos, o Brasil caiu 22 posições no ranking do Índice Global de Inovação. Em apresentação feita durante a reunião da MEI, o presidente da GE Brasil, Gilberto Peralta, observou que o país aparece apenas na 69ª posição, atrás, por exemplo, de todos os parceiros dos Brics (Rússia, Índia, China e África do Sul).

"Estamos atrás da Mongólia, o México está na nossa frente e o Chile bem a frente, em 44º lugar", apontou. "Precisamos nos mobilizar para reverter isso. A MEI e a CNI têm que fazer um trabalho forte para reverter esse quadro com rapidez, pois a oitava ou nona economia mundial não pode se dar o luxo de ficar nessa posição", acrescentou.

O Índice Global de Inovação, edição de 2017, será lançado mundialmente no Brasil, pela primeira vez, durante o Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria, que será realizado pela CNI e pelo Sebrae, nos dias 27 e 28 de junho, em São Paulo.



**PROJETO INDÚSTRIA 2027** - A reunião da MEI também reservou espaço para o professor João Carlos Ferraz, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), apresentar o *Projeto Indústria 2027: Riscos e Oportunidades para o Brasil diante de Inovações Disruptivas*.

O trabalho encomendado pela CNI e pelo IEL será feito pela UFRJ em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Ferraz destacou que o projeto já está em curso e que a principal missão será avaliar impactos de inovações disruptivas para a competitividade das empresas brasileiras.

O trabalho, com duração de um ano, inclui uma série de estudos sobre o futuro da indústria. Haverá trabalhos sobre o impacto de novas tecnologias, como por exemplo a internet das coisas e inteligência artificial, nos sistemas produtivos de setores como agroindústria, químico, aeroespacial, petróleo e gás, entre outros.

### **Artigo: Desenvolvimento não cai do céu**

16/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Operários caminham em linha de montagem de indústria de máquinas para usinas em Sertãozinho (SP)

Falemos da indústria. Não se trata aqui de comparar a administração brasileira atual com anteriores.

Trata-se de analisar o que está sendo proposto —ou está deixando de ser proposto— num momento em que a desindustrialização avança a passos de gigante e o neoliberalismo radical impõe a ideia de que a indústria brasileira deve ser entregue à sua própria sorte, sem ter as condições para competir em igualdade com os concorrentes internacionais.

Pouco importa que a produção industrial geral tenha caído 3% em 2014, 8,3% em 2015 e 6,6% em 2016, totalizando um retrocesso de quase 17% em três anos.

Pouco importa que a indústria de máquinas tenha perdido 50% de seu faturamento nesses mesmos três anos.

Pouco importa que a indústria naval e a cadeia produtiva de petróleo e gás tenham sido praticamente destruídas.

Pouco importa que o setor da indústria de transformação tenha cortado 323 mil empregos em 2016, e a da construção civil, 359 mil.

Pouco importa que as exportações de manufaturados tenham caído de US\$ 93 bilhões em 2013 para US\$ 74 bilhões em 2016, com uma perda de receita em moeda forte para o país de cerca de US\$ 50 bilhões em três anos.

Pouco importa que a produção de veículos, de um setor que já foi o carro-chefe da economia brasileira, tenha caído para apenas 2,2 milhões de unidades no ano passado, fazendo o segmento industrial voltar para o seu nível de produção de 12 anos atrás.

Pouco importa que o crédito esteja sendo sonegado, ainda que centenas de bilhões pudessem ser oferecidos às empresas pelo setor financeiro estatal e privado.

Pouco importa que as taxas de juros se mantenham no mais absurdo nível quando comparadas com as internacionais, o que inviabiliza qualquer iniciativa financiada e envergonha o país.

Li há duas semanas, nesta **Folha**, uma entrevista do presidente do conselho da Abimaq, João Carlos Marchesan, associação que reúne os fabricantes de máquinas e equipamentos, à repórter Raquel Landim.

Ele observou que o governo, ainda que tenha um comportamento corajoso para impor as reformas de que o país precisa, tem um "cunho ideológico" liberal e "não olha para a indústria com a devida atenção".

Esse "cunho ideológico", na verdade, é um desastre para o país.

Fundamenta-se no pressuposto ingênuo de que o mercado regula tudo e que a indústria brasileira pode competir com os concorrentes internacionais em igualdade de condições, quando, na verdade, é assolada por uma série de desigualdades, como o custo do capital astronômico, a tributação excessiva, o custo incerto da energia e a burocracia infernal.

Sem tirar esses "penduricalhos" (palavra usada por Marchesan), expor a indústria à competição internacional é o mesmo que, digo eu, jogá-la na cova dos leões.

Ouvi recentemente o psiquiatra e psicanalista Jorge Forbes dizer que, na sociedade atual, o medo virou virtude. Temos medo de tudo, de lactose, sacarose, glúten, gorduras, sódio etc. Eu acrescentaria que temos medo de financiar empreendimentos, de estabelecer prioridades, de lançar políticas setoriais, de planejar o desenvolvimento.

Não pode ser assim. Desenvolvimento não cai do céu. Medo é atraso, negação, retranca. Virtude é coragem, ousadia, empreendedorismo, inovação.

(Benjamin Steinbruch- É empresário, diretor-presidente da CSN, presidente do conselho de administração e 1º vice-presidente da Fiesp).

## **Certificados de Origem Digitais começam a valer no comércio entre Brasil e Argentina**

16/05/2017 – Fonte: MDIC

O comércio bilateral entre Brasil e Argentina poderá utilizar os Certificados de Origem Digital (CODs), com potencial de beneficiar um fluxo comercial de US\$ 22 bilhões. As regras para a emissão de CODs estão disponíveis na Portaria Secex nº 18, de 11 de Maio de 2017, publicada no Diário Oficial da última sexta-feira (12).

A portaria estabelece as condições para entidades certificadoras de origem brasileiras emitirem o COD no comércio preferencial com a Argentina, no âmbito dos Acordos de Complementação Econômica nº 14 e nº 18. Com isso, concluem-se todos os trâmites para a efetiva utilização da certificação digital por parte dos operadores econômicos brasileiros nas operações com a Argentina.

A estimativa é que, com a utilização do COD, haverá uma redução em até 30% dos custos de tramitação e diminuição do prazo para emissão de certificados de origem para cerca de 30 minutos. Em papel, essa operação leva em média 24 horas, mas pode chegar até três dias.



O rol de entidades autorizadas até o momento a emitir CODs nas exportações preferenciais à Argentina consta na Portaria Secex nº 17, de 9 de maio de 2017. No ano de 2016, elas emitiram aproximadamente 300.000 Certificados de Origem em exportações preferenciais ao país vizinho.

A adoção do COD no comércio bilateral não exclui a possibilidade de os importadores brasileiros continuarem optando pela versão em papel do Certificado de Origem.

### **Certificados de Origem Digital**

O projeto COD foi concebido no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), em que se propõe a substituição gradual do certificado de origem preferencial atualmente emitido em papel por um documento eletrônico em formato XML (COD), trazendo vantagens em termos de celeridade, redução de custos, autenticidade e segurança da informação para os processos de certificação e validação da origem de mercadorias comercializadas entre os países membros.

Mais informações sobre o processo de habilitação e acesso dos importadores ao Módulo Aduaneiro de Recepção de COD, bem como observações relacionadas à conferência aduaneira dos despachos de importação acobertados por COD, encontram-se publicadas na Notícia Siscomex-Importação nº 36, de 18/04/2017.

Clique [aqui](#) para obter informações sobre as entidades habilitadas a emitir COD no Brasil.

### **Brasil e EUA terão certificado fitossanitário eletrônico para facilitar comércio bilateral**

16/05/2017 – Fonte: MDIC (notícia veiculada no dia 12/05)

Os governos do Brasil e dos EUA concordaram em lançar um modelo piloto de certificado fitossanitário eletrônico. A decisão foi tomada pelos Ministérios da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), e de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) do Brasil e pelos Departamentos de Comércio (DOC), e de Agricultura dos EUA (USDA-APHIS) e foi comunicada, durante a 15ª Reunião Plenária do Diálogo Comercial Brasil-EUA (MDIC-DOC), no MDIC, em Brasília, realizada no dia 9 de maio.

O certificado fitossanitário eletrônico resultará na redução de fraudes futuras e diminuirá o tempo para a entrada de mercadorias que necessitam de certificação fitossanitária. Foi estabelecido um plano de trabalho com indicação de prazos, produtos e metas para a implementação de um projeto piloto ainda em 2017.

A iniciativa é inédita no Brasil e servirá como modelo ao comércio com outros países. O projeto beneficiará exportações brasileiras para os EUA sobre as quais é exigida a certificação fitossanitária e que somaram, em 2016, aproximadamente U\$ 4 bilhões. Os principais produtos beneficiados para exportação aos EUA serão madeira, café, frutas e cacau.

Na abertura da reunião plenária, o Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, declarou que esta é a primeira reunião do mecanismo bilateral sob as administrações dos governos Michel Temer e Donald Trump e reafirmou a importância do diálogo para incentivar ainda mais o comércio bilateral.

“Os números são importantes para darmos a dimensão da importância de nossa parceria. 78% das nossas exportações para os EUA e 95% das nossas importações do mercado estadunidense são de produtos industrializados, o que mostra a qualidade do nosso comércio”, disse o Ministro. Em sua fala, o embaixador dos EUA no Brasil, Michael McKinley, destacou que existe hoje uma convergência de interesses entre os dois governos.

Em seguida, o secretário de Comércio Exterior, Abrão Neto, ressaltou que as discussões colaboram para ampliar ainda mais o fluxo de comércio do Brasil com os EUA, que foi de US\$ 47 bilhões em 2016. Por fim, o Secretário Interino de Comércio Exterior dos EUA, Kenneth Hyatt, falou da importância do trabalho das equipes técnicas dos dois governos que trabalham na redução de barreiras ao comércio.

### **Facilitação de Comércio**

MDIC e DOC decidiram, ainda, trabalhar em conjunto no apoio aos países da América Latina para a implementação dos compromissos do Acordo de Facilitação de Comércio da OMC, de forma a impulsionar a competitividade do comércio exterior e o crescimento econômico em toda a região.

Brasil e Estados Unidos também iniciaram diálogos exploratórios sobre a facilitação do comércio para as Pequenas e Médias Empresas. O objetivo é fomentar o desenvolvimento de serviços logísticos adequados à inserção de pequenas e médias empresas no comércio internacional e identificar e priorizar medidas de facilitação de comércio que tenham maior impacto para esse setor.

### **Cooperação Regulatória**

No âmbito do Memorando de Intenções assinado pelas partes em julho de 2015, MDIC e DOC têm aprofundado sua cooperação na área regulatória. Dentro dessa iniciativa, foi realizado o Workshop Brasil-Estados Unidos sobre Certificação e Avaliação da Conformidade, no dia 11 de maio, em São Paulo.

O evento contou com representantes do Inmetro, ABNT, laboratórios nacionais e estrangeiros, certificadoras e entidades de normalização. Também participaram empresas brasileiras com interesse em conhecer mais a fundo as oportunidades de acesso facilitado ao mercado estadunidense resultantes da cooperação regulatória promovida no Diálogo Comercial MDIC-DOC.

A rede de contatos promovida durante o evento tem o potencial de reduzir custos nas exportações brasileiras de bens para os Estados Unidos. Além dos atores que atuam diretamente na área de avaliação da conformidade, participaram também entidades que apoiam a iniciativa, como MDIC, DOC, Sebrae, Apex-Brasil, Amcham, CNI e FIESP.

Além disso, MDIC e DOC elaboraram um plano de trabalho para identificar novos setores produtivos de interesse mútuo. Para esses setores, serão aprofundadas iniciativas relacionadas com a avaliação da conformidade, de modo a reduzir prazos e custos das operações de importação e exportação.

### **Padronização**

Na área de padronização, está disponível desde o dia 9 de maio, no site do Inmetro, a versão eletrônica do Guia de Requisitos para acessar o Mercado Brasileiro de Produtos de Higiene Pessoal, Perfumes e Cosméticos. Seu homólogo nos EUA, NIST (National Institute of Standards and Technology) também desenvolveu um guia correspondente para o mercado dos EUA, que também estará disponível no site do Inmetro.

As publicações trazem de forma clara e objetiva, em um documento único, as etapas necessárias para que esses produtos tenham acesso, respectivamente, aos mercados brasileiro e dos EUA. Mais do que um guia contendo normas e regulamentos aplicáveis, os documentos visam aproximar os mercados dos dois países, oferecendo novas alternativas comerciais para o setor produtivo.

O Inmetro e o NIST continuam empenhados em promover padrões e avaliação da conformidade, pesquisa e inovação e no Ponto Focal da OMC para o aumento do comércio bilateral e do investimento entre os nossos dois países.

## Propriedade Intelectual e Inovação

Na agenda de inovação, o Brasil tem manifestado interesse em iniciativas de cooperação diversas relacionadas à manufatura avançada, desde troca de informações e experiências sobre políticas públicas até parcerias entre institutos de pesquisa e inovação, além de iniciativas relacionadas ao Empreendedorismo, que abarcaria desde troca de experiência sobre programas de aceleração de start ups até missões de internacionalização de empresas.

Além disso, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e o "United States Patent and Trademark Office" (USPTO) vêm realizando diversas atividades visando aprimorar a administração dos sistemas de proteção da propriedade industrial, da efetividade da proteção legal e do uso da propriedade industrial, bem como ao desenvolvimento de habilidades profissionais por meio do compartilhamento e intercâmbio de informações e capacitação.

Neste contexto, em 23 de novembro de 2015, INPI e USPTO assinaram o Projeto Piloto do *Patent Prosecution Highway* (PPH). Com base nesse acordo, o usuário que obtiver a concessão de uma patente no Brasil ou nos Estados Unidos poderá, em seguida, solicitar a inclusão do pedido correspondente no Projeto Piloto do PPH, onde, uma vez deferido o pedido de inclusão, terá direito à análise prioritária. Nesta fase piloto do PPH, o INPI recebe dos Estados Unidos pedidos apenas da indústria de petróleo e gás. Já o USPTO aceita pedidos de qualquer campo tecnológico.

## Eunício exclui nove artigos de relatório da MP da regularização tributária

16/05/2017 – Fonte: Senado Notícias



- [MPV 766/2017](#)

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, excluiu nove artigos do relatório da medida provisória da regularização tributária que foi aprovado pela comissão mista no início do mês. A versão, um substitutivo do relator, deputado Newton Cardoso Júnior (PMDB-MG), continha dispositivos sem relação temática com o texto original da MP 766/2017.

A intervenção se deu no reenvio do relatório ao Plenário da Câmara para que os deputados possam votá-lo. Eunício Oliveira havia requisitado que a comissão mista fizesse nova votação, atendendo a uma questão de ordem do deputado Pauderney Avelino (DEM-AM). Com a negativa do presidente da comissão, senador Otto Alencar (PSD-BA), o presidente do Senado reenviou o texto ao Plenário com as modificações.

Todos os artigos retirados haviam sido acrescentados ao texto original por meio de emendas durante a análise da MP na comissão. Eles tratam de temas como penhora de bens, funcionamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), repatriação de recursos do exterior e contribuição previdenciária no setor rural.

Um dos dispositivos reduzia benefícios fiscais para empresas de bebidas instaladas na Zona Franca de Manaus. Esse trecho foi criticado pelos senadores do estado do Amazonas após a aprovação da MP na comissão mista. Com a intervenção de Eunício Oliveira, ele não consta mais do texto que a Câmara votará.

## **Regularização**

A MP 766 permite o refinanciamento de dívidas tributárias de empresas com a Receita Federal e com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. A União receberá, em espécie, 20% do montante devido e os 80% restantes poderão ser pagos em até 240 parcelas mensais, com créditos.

Serão renegociadas dívidas que tenham vencido até 31 de março de 2017. Empresas em recuperação judicial também poderão aderir.

Caso seja aprovada pelos deputados, a MP 766 virá para o Senado. Ela tem vigência até o dia 1º de junho.

## **Como são tributadas as empresas no Brasil**

16/05/2017 – Fonte: Bem Paraná

Dê uma forma geral temos no Brasil três formas de tributar as empresas. Essas formas tributárias vão depender do tamanho da empresa, que podemos medir por meio do seu faturamento, ou seja, das receitas geradas. Empresas menores têm a forma de tributação mais simples; organizações maiores, a tributação é mais complexa e gera mais tributos ao fisco.

As empresas menores podem optar pela forma de tributação mais simplificada, que todos nós conhecemos como Simples Nacional. Essa forma tributária é permitida para empresas com faturamento de até três milhões e seiscentos mil reais, ou seja, em média, trezentos mil reais por mês.

Uma segunda opção é a tributação intermediária, que aplica-se para empresas que faturam até setenta e oito milhões de reais ao ano. É a tributação em que o Governo Federal presume um lucro e aplica alíquotas pré-determinadas, não importando se a Empresa está tendo lucro ou não. A apuração é trimestral e o recolhimento é feito no mês seguinte ao final do trimestre.

A terceira forma tributária é aplicada para as empresas que superam os setenta e oito milhões de reais ao ano, mas que podem optar, se desejarem, mesmo não tendo esse faturamento, que é a do Lucro Real. Neste modelo, a Empresa apura os seus resultados e, sobre eles, recolhe os impostos. Pode não recolher impostos, caso tenha prejuízo comprovado e tenha seguido determinadas regras obrigatórias que este modelo exige.

É importante salientar que nem todos os tributos terão o benefício do recolhimento pelo lucro ou prejuízo, tornando-se necessário observar a regra que deve ser aplicada a cada tributo individualmente.

Celso Oliveira, é contabilista, professor da Faculdade Estácio Curitiba, responde suas dúvidas sobre a declaração do Imposto de Renda.

## **Possível derrubada de veto à lei do ISS preocupa empresas**

16/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A possibilidade de que seja votada nesta semana a derrubada a um veto na lei que regula o ISS (Imposto Sobre Serviços) tem gerado preocupação entre empresas financeiras e de planos de saúde.

O trecho, vetado pelo presidente Michel Temer no fim de 2016, determinava que o ISS fosse recolhido no local de prestação do serviço, e não na cidade-sede da companhia. O Congresso tem a intenção de marcar a votação para a noite desta quarta (17), mas não foi confirmada, segundo a assessoria do Senado.

A mudança seria um "pesadelo operacional", afirma Ricardo Vieira, diretor-executivo da Abecs, que reúne empresas de cartões de crédito.

"Cada cidade tem um prazo, uma base de cálculo diferente, e seria preciso ter uma representação física em cada local", diz o executivo, que esteve na segunda (15) em Brasília conversando com parlamentares sobre o tema.

A alta do custo operacional pode inviabilizar a prestação dos serviços em cidades pequenas, principalmente para companhias de menor porte, afirma o superintendente da Abramge (de planos de saúde), Francisco Wisneski.

Também seriam afetadas operações de leasing, consórcio e fundos de investimento. A mudança no recolhimento atendia a uma demanda das prefeituras para ampliar sua arrecadação, diz o presidente da CNM (confederação de municípios), Paulo Ziulkoski.  
\*

### **Indústria propõe criação de unidade de banco dos Brics no Brasil**

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) solicitou ao governo um representante ou escritório do NDB (Novo Banco de Desenvolvimento, operado pelos países do Brics) no Brasil.

A demanda foi levada a três ministérios -Relações Exteriores, Fazenda e Indústria-, de acordo com a entidade.

Empresários reclamam que a falta de um escritório regional limita o acesso a informações sobre financiamentos ou garantias, segundo a CNI.

A instituição dos Brics oficializou, no último dia 26, um empréstimo de US\$ 300 milhões (R\$ 933,25 milhões) ao Brasil, feito via BNDES.

Os recursos, voltados para energia renovável, ainda não foram destinados a nenhum empreendimento, segundo o banco brasileiro.

### **600 MW**

é projeção de capacidade de geração que será adicionada com o empréstimo do NDB

### **US\$ 1,019 BILHÃO**

é o valor total das operações anunciadas com os Brics

## **Comissão aprova expedição de licenças em até 30 dias para empresas de baixo risco**

16/05/2017 – Fonte: Portal Câmara



Júlio Lopes apresentou substitutivo ao projeto original, aumentando de dois dias para 30 o prazo limite para que os órgãos públicos liberem os documentos

A Comissão de Desenvolvimento Urbano, da Câmara dos Deputados, aprovou proposta do deputado Rogério Rosso (PSD-DF) que facilita a expedição de licenças e alvarás para empreendimentos considerados de baixo risco.

A versão aprovada é o substitutivo do deputado Júlio Lopes (PP-RJ) ao Projeto de Lei [2114/15](#). Lopes faz diversas mudanças no texto original. A principal mudança aumenta de dois dias para 30 dias o prazo limite para que os órgãos públicos liberem os documentos.

Segundo o texto aprovado, esse prazo não será válido para o microempreendedor individual (MEI), as microempresas e empresas de pequeno porte classificadas como baixo risco, que ficam sujeitas ao Estatuto Nacional da Microempresa (Lei Complementar [123/06](#)).

### **Licenças provisórias**

O substitutivo também exclui do texto a criação do Programa Licença Brasil, que tinha o objetivo de simplificar a obtenção das licenças e alvarás de funcionamento de estabelecimentos comerciais, empresariais, industriais, além de empreendimentos habitacionais e entidades sem fins lucrativos.

Outra alteração retira a dispensa do “habite-se” para os estabelecimentos licenciados. “A concessão de habite-se é de competência municipal. Uma lei federal não pode liberar genericamente empreendimentos desse requisito” justifica Julio Lopes.

O texto determina ainda que as licenças terão caráter provisório. No projeto original, o documento seria emitido por prazo indeterminado.

### **Tramitação**

A proposta ainda será analisada de forma conclusiva pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

- Íntegra da proposta:
- [PL-2114/2015](#)

## **Finanças rejeita criação de estatuto da micro e pequena empresa rural**

16/05/2017 – Fonte: Portal da Câmara



Simone Morgado: o texto é meramente autorizativo e sem efeito prático. A proposta perdeu seu objeto, tendo em vista a evolução da Lei Complementar 123

A Comissão de Finanças e Tributação rejeitou na quarta-feira (10) o Projeto de Lei Complementar [103/11](#), do deputado João Rodrigues (PSD-SC), que institui o Estatuto da Microempresa Rural (MER) e da Empresa Rural de Pequeno Porte (ERPP). Pelo texto, a pessoa jurídica ou firma mercantil individual poderá ser enquadrada como microempresa rural se tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 110 mil.

O projeto, por exemplo, assegura a microempresa rural e a empresa rural de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado e simplificado nos campos administrativos, tributários, previdenciários, trabalhistas, creditícios e de desenvolvimento empresarial, nos moldes do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar [123/06](#)).

### **Autorizativo**

Para a relatora na comissão, deputada Simone Morgado (PMDB-PA), o texto é meramente autorizativo e sem efeito prático. “A proposta perdeu seu objeto, tendo em vista a evolução da Lei Complementar 123”, disse.



A relatora criticou a possibilidade de micro e pequenas empresas rurais acessarem o Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços (Sintegra) independentemente de terem inscrição estadual. "A base de dados consiste dos dados informados aos fiscos estaduais na inscrição, o que torna impossível a integração de quem não dispõe dessa inscrição", afirmou Morgado.

Não é identificar possíveis impactos financeiros e orçamentários, segundo Morgado, porque isso vai depender de como ficaria a regulamentação do tema.

### **Tramitação**

O projeto ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois segue para o Plenário.

O texto foi rejeitado pelas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural em setembro de 2013; e de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços em dezembro de 2014.

- [PLP-103/2011](#)

### **Ford cogita milhares de demissões para melhorar rentabilidade**

16/05/2017 – Fonte: Exame

***Segundo fonte, a montadora deve anunciar nos próximos dias a demissão de 20 mil funcionários, o que equivale a 10% de sua massa salarial***



A montadora americana Ford, que enfrenta a desaceleração do mercado doméstico, examina a possibilidade de suprimir até 10% de sua massa salarial no mundo, o que representa quase 20.000 postos de trabalho, para melhorar a rentabilidade.

A segunda maior montadora dos Estados Unidos em termos de venda deve fazer o anúncio nos próximos dias, informou à AFP na segunda-feira uma fonte próxima aos debates e que pediu anonimato.

A Ford emprega atualmente 202.000 pessoas, em período parcial e integral, e poderia assim demitir 20.000 funcionários, 10% de sua massa salarial, afirmou a fonte, que confirmou informações publicadas pelo Wall Street Journal (WSJ).

Os cortes devem atingir todos os mercados nos quais a Ford está presente, de acordo com a fonte.

Pressionada pelo presidente americano Donald Trump, a Ford Motor Company desistiu no início do ano de instalar no México toda a produção de veículos compactos. A empresa se comprometeu inclusive a criar 700 postos de trabalho no estado de Michigan.

O CEO da Ford, Mark Fields, pressionado pelos acionistas para explicar sua estratégia, espera que a receita de austeridade permita economizar até três bilhões de dólares

em 2017, com o objetivo de aumentar o lucro do grupo em um momento de estagnação das vendas nos Estados Unidos, afirmou a fonte.

A Ford vendeu 214.695 carros em abril, 7,2% a menos que no mesmo período em 2016. Analistas acreditam que 2017 pode ser o primeiro ano de queda nas vendas de veículos nos Estados Unidos desde 2009.

A empresa, procurada pela AFP, informou que não comentaria “especulações”.

“Nós permanecemos concentrados em três prioridades estratégicas que vão criar valor e conduzir a um crescimento rentável, que incluem fortalecer os pilares de lucro em nosso negócio principal, transformando áreas com performance tradicionalmente abaixo do esperado de nosso negócio principal e investindo agressivamente, mas de modo prudente, em oportunidades emergentes”, afirmou o porta-voz da Ford, Mike Moran, à AFP.

“Reduzir custos e nos tornarmos o mais leve e eficiente possível também são parte de nosso trabalho”, completou Moran.

Em abril, a Tesla superou a Ford em termos de capitalização na Bolsa, apesar da empresa especializada em veículos elétricos com sede na Califórnia produzir apenas 100.000 carros por ano, contra milhões do grupo que tem sede em Dearborn (Michigan). Mas a comunidade financeira considera que a Tesla está melhor preparada que a Ford para trabalhar com os novos meios de transporte do futuro: os veículos autônomos.

### **Correios vão reabrir plano de demissão voluntária neste mês**

16/05/2017 – Fonte: Exame

***O programa, aberto entre janeiro e fevereiro, não atingiu a meta, que era de 8 mil empregados, com previsão de economia entre R\$ 700 milhões e R\$ 1 bilhão***



O presidente dos Correios, Guilherme Campos, disse que a empresa vai reabrir o Plano de Demissão Voluntária (PDV) para seus funcionários.

O programa, aberto entre janeiro e fevereiro, não atingiu a meta, que era de 8 mil empregados, com previsão de economia entre R\$ 700 milhões e R\$ 1 bilhão.

“Devemos reabrir o programa ainda no mês de maio”, afirmou, após participar de audiência pública.

Segundo Campos, 5,5 mil trabalhadores aderiram ao PDV, mas boa parte teria desistido. Os números ainda não foram fechados.

As condições serão as mesmas do PDV anterior. Os Correios têm cerca de 17 mil funcionários elegíveis ao programa, com mais de 55 anos ou mais de 15 anos de tempo de serviço.

Campos disse ainda que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) vai mediar uma solução para o Postal Saúde.

O plano de saúde é a principal causa do rombo da empresa que, em 2016, deve registrar prejuízo de R\$ 2 bilhões.

O balanço ainda não foi publicado. Em 2015, o prejuízo foi de R\$ 2,1 bi, dos quais R\$ 1,6 bi foram causados pelo plano.

De acordo com ele, a proposta dos Correios é arcar com 100% das despesas com saúde de seus trabalhadores e aposentados.

As despesas com dependentes seriam arcadas pelos empregados, mas, nos anos em que a empresa registrar lucro, ela contribuiria com 15% desse gasto.

Hoje, o Postal Saúde tem 400 mil vidas, sendo 110 mil funcionários ativos e 30 mil aposentados. Os restantes são dependentes, além de pais e mães dos empregados.

Os Correios arcam com 93% das despesas do plano, e os funcionários e aposentados, com 7%. "É insustentável", disse Campos.

O presidente dos Correios disse que o plano de recuperação da empresa pode evitar sua privatização.

Ele disse a venda dos Correios só será realizada se as ações não forem suficientes para socorrer a companhia.

No curto prazo, o objetivo é cortar despesas e melhorar os serviços para evitar perda de participação do mercado.

No médio prazo, a meta é elevar a presença dos correios no serviço de entregas.

Entre as ações futuras, Campos citou a exploração de serviços de logística e loterias, complementares às da Caixa, na área de esportes.

Segundo ele, os brasileiros gastam R\$ 2 bilhões por ano no exterior em sites de apostas esportivas.

Ele destacou ainda que a rede dos Correios em todo o País poderia ser usada como agência de atendimento dos governos federal, estaduais e municipais, semelhante ao Poupatempo paulista.

### **Reforma trabalhista será debatida em sessão temática nesta terça-feira**

16/05/2017 – Fonte: Senado Notícias



- [PLC 38/2017](#)

O Senado realiza, nesta terça-feira (16), às 11h, no Plenário, a segunda sessão temática sobre a reforma trabalhista. Seis convidados vão debater o projeto que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) encaminhado pelo governo ([PLC 38/2017](#)) ao Congresso Nacional com os senadores.

Foram chamados para o debate o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira de Oliveira; o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas de Moraes; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ângelo Fabiano Farias da Costa; o presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros, Antônio Neto; o presidente do Instituto do Desenvolvimento do Varejo, Antônio Carlos Pipponzi; e a advogada e Especialista em Direito Econômico, Celita Oliveira Sousa.

Esta sessão será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do [Portal e-Cidadania](#) e do Alô Senado (0800-612211).

O PLC 38/2017 está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator é o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES). O projeto passará também pelas comissões de Constituição e Justiça e a de Assuntos Sociais. Na CCJ, o relator é o senador Romero Jucá (PMDB-RR). Na CAS, ainda não houve designação de relator.

Na primeira sessão temática da Reforma Trabalhista, na última quinta-feira (11), o debate foi intenso. Os convidados favoráveis, afirmaram que a reforma tem o mérito de reconhecer e enfrentar a forma "ultrapassada" da Consolidação das Leis do Trabalho e de promover "mais segurança jurídica" ao fortalecer as negociações coletivas entre trabalhadores e empregadores.

Por sua vez, os participantes contrários à proposta disseram que ela contém "equivocos impressionantes" que enfraquecem a posição dos trabalhadores frente aos patrões. Para eles, a reforma representa um "atalho" para, gradualmente, reduzir as garantias e proteções que a legislação atual dá aos trabalhadores.

### **Reforma trabalhista vai demorar até 8 anos para 'pegar', diz José Pastore**

16/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

Em palestra sobre a reforma trabalhista e a terceirização, o sociólogo José Pastore afirmou nesta segunda-feira, 15, que não há segurança de que a proposta aprovada na Câmara e que está tramitando no Senado, se sancionada, vai "pegar" e ser incorporada por empresas e sindicatos em pouco tempo.

O especialista prevê até oito anos para que as medidas listadas no projeto entrem realmente em vigor nas relações de trabalho. Pastore levantou críticas à judicialização das relações trabalhistas e destacou que "o maior perdedor" da aprovação da reforma é a comunidade jurídica.

Pastore estima que haverá diversas reações assim que o texto for aprovado e um certo temor das novas diretrizes serem acordadas entre empresas e trabalhadores. O sociólogo disse que as mudanças vão entrar em operação "com o tempo" e que ninguém vai arriscar em "colocar tudo de uma vez" em prática nas negociações.

"Pode ter reações inesperadas. Não tenho a menor segurança de dizer que isso vai pegar no ano seguinte, por exemplo", afirmou o professor a empresários na Associação Comercial de São Paulo (ACSP). "São corporações, todos vão reagir. Acho que vai demandar tempo, cinco, seis, sete ou oito anos para a gente poder chegar em um nível em que todas as medidas estariam funcionando de forma azeitada", disse.

No curto prazo, o impacto imediato será na redução de ações na Justiça do Trabalho, estima o especialista. Ele afirmou que a expectativa de juristas é que o número de processos diminua em ao menos 50% no ano seguinte à sanção do projeto. Em 2016, a Justiça trabalhista recebeu 3 milhões de novas ações na primeira instância. "Vai ser uma redução do custo Brasil, porque esse custo da insegurança é muito alto, o custo da burocracia é muito alto", disse. Ele exemplificou que as empresas poderão reduzir os gastos com processos judiciais de 10% do orçamento para 2% de seus custos.

Pastore disse ainda que a comunidade jurídica é o grande “perdedor” da aprovação da reforma. “Tem vários ganhadores, a começar pelo trabalhador, que pode ter um novo ambiente de negócio mais para frente e gerar empregos. Agora, tem um perdedor claro: toda a comunidade judicial, juízes, promotores e advogados”, disse.

O professor apontou que, atualmente, a Justiça do Trabalho faz súmulas que funcionam como leis e interfere em diversas negociações de trabalhador com empregadores. “A lei não manda negociar com o sindicato, a Justiça do Trabalho manda”, disse Pastore em referência às demissões sem justa causa e que o projeto elimina a necessidade de homologação com o sindicato.

O especialista disse que propostas como a regularização do trabalho intermitente serão incorporadas pelas empresas em dois ou três anos. “No longo prazo, vai aumentar a formalização, vai reduzir o medo de empregar, que hoje é muito grande em face da legislação e da jurisprudência no poder judiciário”, disse.

Durante a palestra, Pastore disse que o fim da obrigação da contribuição sindical, um dos pontos mais polêmicos da proposta e que foi acrescentado pelo relatório na Câmara, é importante em um país que tem 17 mil sindicatos “cuja maioria é balcão de negócios”

Para o professor, o projeto que está em discussão não retira direitos da CLT, como diz a oposição. “Nenhum dos direitos foi revogado da CLT, eles foram admitidos do jeito que estão na CLT de tal modo que as partes que quiserem negociar diferente podem, mas quem não quiser negociar fica com os pontos da CLT”, argumentou. “O projeto abriu a liberdade e garantiu a proteção. Não revogou nada na negociação e na legislação. A CLT vai ficar intacta.”

### **Risco de mutilação**

A ideia do presidente da República, Michel Temer (PMDB), de contemplar senadores com uma Medida Provisória para evitar mudanças do texto no Senado e o retorno do projeto à Câmara, o que adiaria o projeto no Congresso e aumentaria o risco de questionamentos, pode mutilar a reforma, disse Pastore. “Aqui está um risco. Medidas Provisórias podem viabilizar, mas também podem inviabilizar muito e mutilar muitas coisas do projeto e ocasionar estragos”, afirmou.

O especialista defendeu que o governo e as empresas façam uma campanha de comunicação do projeto para convencer os senadores e a população. “Vai precisar ter essa informação, as próximas duas ou três semanas são cruciais”, disse.

Pastore levantou a possibilidade de o projeto ser questionado pela oposição no Senado com o argumento que a reforma é inconstitucional pois a Constituição só permite alterações na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) para melhorar a vida social do trabalhador. “Agora quem decide o que é melhor para mim. O advogado, o juiz ou sou eu? É um ponto que vai ser levantamento e, provavelmente, vai ter que ser atacado com parecer de juristas e grandes constitucionalistas de peso para colocar as coisas no lugar”, observou o sociólogo.

O sociólogo, que considera a reforma da forma como foi aprovada na Câmara como um “grande passo” para o País, destacou que o projeto garante liberdade e proteção ao trabalhador, equilibra direitos e deveres, estabelece a autorresolução de impasses, reduzindo os questionamentos judiciais, e a inclui na lei modalidades hoje não tem proteções previdenciária e trabalhista.

### **Desemprego**

O professor estima que a reforma trabalhista irá, gradualmente, melhorar o ambiente de trabalho e diminuir o desemprego. Ele discorda, entretanto, com a estimativa do ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, que afirmou que a aprovação do texto será capaz de criar 5 milhões de empregos.

“Eu não endosso a previsão do governo. Eu acho que vai gerar empregos de maneira gradual. Tecnicamente sou responsável para dizer que não acho que tem um número, será gradual na medida em que melhora o ambiente geral”, disse. No longo prazo, a reforma deve aumentar também a renda do trabalhador. “Tem que passar a recessão, porque na recessão a renda está condicionada ao emprego. Vai demorar um pouco para poder chegar em nível de melhoria de renda”, afirmou.

### **Alterações**

Em entrevista coletiva após a palestra, José Pastore disse que não há alterações necessárias para o Senado fazer na proposta. Comentando a possibilidade de mudanças levantada pelo relator do texto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que já demonstrou interesse em restringir para alguns segmentos o trabalho intermitente e a jornada de 12 horas trabalhadas com 26 horas de descanso, o especialista disse que automaticamente esses itens já valem para determinadas atividades.

“Não é qualquer atividade que entra na jornada 12 por 36. Não há o que mexer para dizer que vai definir quais são as atividades. Não tem o que definir, aquilo que se encaixa entra, aquilo que não se encaixa não entra. A mesma coisa vale no trabalho intermitente”, argumentou. Para o professor, a prevalência do negociado sobre o legislado é a parte mais crucial do projeto. “Se mexer no positivo, se tirar do projeto a ideia de negociar e isso valer mais que a lei, é uma mutilação grave”, classificou.

### **Novas regras trabalhistas precisam inibir corrupção nas empresas**

16/05/2017 – Fonte: Folha e S. Paulo

A Câmara dos Deputados, no último dia 27, aprovou o projeto de lei (PL 6787-B/2016) conhecido como reforma trabalhista, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as leis n. 6019/1974, 8.036/1990 e 8.212/1991, com o fim, segundo a ementa do próprio projeto legislativo, de "adequar a legislação às novas relações de trabalho".

Muito se tem discutido sobre o tema, não apenas no Congresso Nacional, mas pela sociedade, o que ensejou, inclusive, realização de greve geral no país no dia 28 de abril. O país passa por um momento único. Por um lado, tem-se centenas de inquéritos e ações penais para apuração, dentre outros crimes, de lavagem de dinheiro e corrupção. Por outro lado, discutem-se projetos legislativos para instituir as reformas trabalhista e previdenciária.

A concomitância desses acontecimentos deve ser bem aproveitada para um bom resultado para o país, especialmente se levando em consideração o que há de bom em termos de legislação.

O texto da reforma trabalhista aprovado pela Câmara dos Deputados e que será encaminhado ao Senado Federal para discussão autoriza a terceirização do trabalho (nova redação do art. 4º da lei 6019/1974), uma vez que poderá haver transferência da execução de quaisquer das atividades da pessoa jurídica a outra, desde que esta possua capacidade econômica compatível com a execução.

Ainda, o mesmo projeto de lei inclui o art. 448-A para dispor que em havendo sucessão empresarial ou de empregadores, as obrigações trabalhistas serão de responsabilidade do sucessor, salvo nas hipóteses de fraude na transferência, quando a responsabilidade será compartilhada.

Precisamos pensar a reforma trabalhista sob diversas perspectivas. No âmbito jurídico, a análise deve extrapolar o âmbito das relações empregado-empregador inerentes à Justiça do Trabalho.



Em 2013, foi aprovada a lei n. 12846/2013, mais conhecida como "Lei Anticorrupção", mas denominada publicamente de "Lei da Empresa Limpa" pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.

Em seu art. 5º, a lei prevê que constitui ato lesivo, passível de penalização, todas as condutas que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

Sem querer adentrar na discussão sobre a legalidade, pertinência ou correção das alterações propostas pelo projeto da reforma trabalhista, entendemos que a terceirização do trabalho e a sucessão empresarial devem ser analisadas —e obviamente discutidas— levando-se em consideração a mencionada legislação anticorrupção/da empresa limpa.

Sob este prisma, ao nosso ver, dois pontos merecem destaque. Em primeiro lugar, entendemos que o compliance ganha ainda mais importância quando houver sucessão empresarial ou terceirização do trabalho, principalmente esta quando for da atividade principal da empresa ou de setores sensíveis, com relação direta com a administração pública.

É forçoso lembrar que a Lei da Empresa Limpa responsabiliza as empresas objetivamente (sem necessidade de comprovação de culpa) pelos atos lesivos praticados em seu interesse ou benefício. Assim, na hipótese de prática de ato ilícito, mesmo que por colaborador terceirizado, poderá haver aplicação de penalidade à pessoa jurídica.

Portanto, imprescindível que tanto a empresa contratante quanto a contratada atentem às disposições legais e adotem mecanismos e procedimentos internos de integridade, além de zelarem pela existência e aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta. E não apenas isso. Essencial que os colaboradores terceirizados tenham conhecimento e estejam engajados no programa de compliance instituído pela empresa contratante, conhecendo os manuais de procedimentos de boas práticas e integridade e participando dos treinamentos a esse respeito.

A mesma preocupação deve nortear a sucessão empresarial porque a previsão de que as obrigações trabalhistas serão devidas apenas pelo sucessor não afasta a responsabilização do antecessor pelos eventuais atos lesivos previstos na Lei da Empresa Limpa, conforme expressa previsão nesta lei (art. 4º).

Em segundo lugar, o inciso III da Lei da Empresa Limpa considera como ato lesivo a utilização comprovada de interposta pessoa física ou jurídica para ocultação ou dissimulação dos seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

Especialmente em tempos de discussão de novas formas de prevenir a corrupção, não podemos deixar que as a terceirização do trabalho e a sucessão empresarial sejam justamente meios de prática de atos ilícitos mediante alegação de suposto desconhecimento das boas práticas instituídas nas empresas contratantes ou pela interposição fraudulenta, em que os reais sócios e/ou beneficiários sejam acobertados por uma estrutura organizacional mais complexa.

**DANYELLE GALVÃO** é advogada, mestre e doutoranda em Direito Processual pela USP.

**MÁRCIA PELEGRINI** é advogada, mestre e doutora em Direito do Estado pela PUC-SP e professora da PUC-SP. Foi secretária-executiva do Ministério da Justiça

## **Temer diz que pode vetar questão do trabalho insalubre para mulheres em reforma**

16/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da República, Michel Temer, disse, durante entrevista a rádios regionais na manhã desta segunda-feira, 15, que a Reforma Trabalhista não retira nenhum direito do trabalhador. O que há, segundo ele, é apenas uma flexibilização da legislação. Temer também sinalizou que pode vetar o trecho da reforma que trata de trabalho insalubre para mulheres.

“Trabalho insalubre para mulheres acho que até poderá ser objeto de veto, não vou precisar de Medida Provisória para isso”, afirmou Temer.

O presidente disse que a decisão que será tomada quanto a outros temas polêmicos da reforma, como trabalho intermitente e o fim do imposto sindical, “vai depender das discussões que irão verificar-se”.

“Precisamos dar tempo para discussão ampla no Senado sobre a reforma trabalhista”, disse.

Temer ainda afirmou que vai examinar com muito cuidado a matéria para ver o que irá ser colocado, se necessário, em uma Medida Provisória. Essa MP seria editada para ajustar pontos da reforma, evitando que o texto, já aprovado pelos deputados e em tramitação no Senado, retorne à Câmara. “No primeiro momento, eu não penso em vetar nada. Porque afinal, seria uma homenagem ao Congresso.”

## **Ministro destaca modernização trabalhista, sistema antifraude e extensão de saque do abono**

16/05/2017 – Fonte: Ministério do Trabalho

*Ronaldo Nogueira participou de evento no Palácio do Planalto sobre o primeiro ano de governo do presidente Michel Temer*



O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, apresentou nesta sexta-feira (12) um balanço das ações no primeiro ano de gestão da pasta em evento com o presidente Michel Temer e todos os ministros no Palácio do Planalto.

Dentre as 15 principais ações desenvolvidas nos últimos 12 meses, Nogueira destacou a proposta de modernização da legislação trabalhista, a implementação do sistema de combate a fraudes no seguro-desemprego e a extensão do prazo para saques do Abono do PIS-Pasep, medida que beneficiou mais de 350 mil pessoas.

“Seguindo orientação do senhor presidente, nós iniciamos um trabalho de diálogo, de conversação com trabalhadores e empregadores, visitamos todas as unidades da federação”, afirmou, sobre o projeto de modernização das leis trabalhistas. “No mês de dezembro, nós tivemos neste mesmo local um ato em que estavam aqui representantes das sete principais centrais sindicais e muitos desses usaram a palavra

manifestando aqui o apoio à iniciativa do governo em promover a modernização da legislação trabalhista, tanto empregadores quanto trabalhadores.”

Em seu discurso, Ronaldo Nogueira ressaltou que a proposta, que está sob análise do Senado depois de já ter sido aprovada na Câmara dos Deputados, promove a segurança jurídica nas relações de trabalho.

“Não é possível nós continuarmos convivendo com um modelo, um sistema que possibilite em torno de 3 milhões de ações trabalhistas por ano. Isso traz insegurança jurídica e gera um medo no empregador no sentido de ele não contratar mais”, declarou.

Segundo o ministro, a grande iniciativa da proposta de modernização das leis do trabalho é a mudança de visão das relações de trabalho. “A grande iniciativa do governo é quebrar paradigmas, no sentido de que nós possamos olhar para o mercado e ali enxergar trabalhador empresário e trabalhador contratado. Todos são brasileiros e todos precisam trabalhar de uma forma conjunta para o desenvolvimento do Brasil”, disse.

O ministro afirmou ainda ter a expectativa de uma melhora no mercado formal de trabalho já no mês de maio, depois do saldo positivo registrado em fevereiro. “No primeiro trimestre de 2016 tivemos 328 mil de saldo negativo de emprego no Brasil. Em fevereiro de 2017, já comemoramos saldo positivo de 35 mil e estamos em uma expectativa, senhor presidente, que os dados de maio se assegurem positivamente, o que vem confirmar a sinalização da confiança do mercado na economia brasileira.”

O presidente Michel Temer ressaltou a garantia de manutenção de direitos trabalhistas. “Para falar do que o Ronaldo também vem fazendo lá no Trabalho, a modernização trabalhista, já aprovada na Câmara dos Deputados, gerará mais empregos. Eu quero enfatizar, eu quero falar em letras garrafais, eu quero grifar, ou colocar em negrito, que está garantida total proteção aos direitos do trabalhador”, disse.

Para o presidente, há “irresponsabilidade” nos comentários que a proposta retira direitos. “Eu enfatizo isso para que nós todos possamos vocalizar essas palavras, essas ideias, porque eu vejo irresponsabilidade, que é a palavra mais suave que encontro, que as pessoas divulgam que a gente está tirando dinheiro do trabalhador, que o trabalhador vai morrer à míngua porque a reforma trabalhista vai acabar com todos os direitos.”

Segundo o presidente, as pessoas não leem a Constituição Federal. “Deitassem os olhos sobre o artigo 7º da Constituição, eu tenho sido até repetitivo, verificariam, como tem alardeado o ministro Ronaldo Nogueira, que os direitos trabalhistas estão todos assegurados lá. Por isso eu digo sem medo de errar: não haverá nenhum direito a menos para o trabalhador brasileiro”, reafirmou.

### **Sistema antifraude**

O ministro Ronaldo Nogueira ressaltou ainda a implantação do sistema de combate a fraudes no pagamento do seguro-desemprego como uma das principais ações dos últimos 12 meses. O sistema, que começou a operar em dezembro, identifica requerimentos fraudados e bloqueia os pagamentos.

“Com o antifraude, vamos evitar o pagamento indevido em 2017 de R\$ 1,35 bilhão com fraudes”, afirmou. “No primeiro trimestre, a economia foi de R\$ 380 milhões. Em dois anos, o governo investirá R\$ 327 milhões no seguro-emprego, e com a economia de pagamentos indevidos do seguro-desemprego, praticamente já estão garantidos os recursos, apenas por uma medida de gestão eficiente, que é uma das marcas fundamentais do governo do presidente Michel Temer.”

O Programa Seguro-Emprego citado pelo ministro foi outra ação importante desenvolvida em seu primeiro ano de gestão à frente do ministério. "No mês de dezembro foi lançado o Programa Seguro-Emprego, com a estimativa de investimento em 2017-2018 na faixa de R\$ 327 milhões, evitando a demissão de mais de 200 mil trabalhadores. Hoje nós já temos 124 empresas atendidas, entre elas micro e pequenas empresas, que não tinham essa proteção", disse.

### **Abono salarial**

O ministro lembrou ainda da extensão do prazo do abono salarial do ano-base 2014, que beneficiou milhares de trabalhadores, iniciativa inédita e que permitiu o melhor índice de saque do PIS da história (95,93%). "A extensão do prazo de 30 de junho para 31 de dezembro de 2016, beneficiou diretamente mais de 350 mil trabalhadores", ressaltou.

Esse número é o de trabalhadores que conseguiram sacar o dinheiro no prazo expandido. No total, 22,61 milhões de trabalhadores sacaram o Abono Salarial do PIS/Pasep ano-base 2014. "Fizemos o adiamento justamente para que os trabalhadores mais humildes pudessem sacar um dinheiro que é deles por direito", disse o ministro na época.

### **Clima para reforma da Previdência mudou, diz Temer**

16/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente Michel Temer voltou a salientar a importância da reforma da Previdência e disse ter certeza da sua aprovação, em entrevista exibida na noite desta segunda-feira (15) pela Rede Vida.

Apesar do discurso confiante, Temer disse que não há plano alternativo em caso de derrota da reforma no Congresso. "Parece que agora ou a (reforma da) Previdência é aprovada, ou então não tem governo. Não é verdade. Eu acho que a reforma da Previdência é fundamental e será aprovada com apoio do Congresso Nacional, mas não é o único fato que nós levamos adiante no governo", afirmou.

Para ir ao Senado, a proposta precisa da aprovação de três quintos dos 513 deputados, ou seja, 308 votos favoráveis. O Placar da Previdência, publicado pelo Grupo Estado, mostra que apenas 82 deputados apoiam a reforma. Os contrários são 225, segundo dados atualizados nesta segunda-feira.

"Neste momento, nós estamos trabalhando politicamente. Os partidos estão contando os votos e nós vamos ao plenário quando houver pelo menos os 308 ou mais votos contados. Eu acho que nós teremos (maioria) porque já mudou o clima, tanto na sociedade como no Congresso", afirmou.

Como exemplos de conquistas de seu governo, Temer citou a melhor relação do Executivo federal com os Estados e com o Congresso Nacional, além da aprovação do teto para as contas públicas.

**Lava Jato** O presidente também foi questionado sobre o instrumento de delação premiada, que vem sendo amplamente utilizado na Operação Lava Jato. Sem citar a construtora Odebrecht, Temer disse que "só uma empresa tinha 77 delatores, aí banalizou um pouco".

"A delação é algo importante, mas claro que é algo também excepcional. A pessoa vai chamar um delator para ter dados investigatórios, não dados condenatórios. As delações precisam ser confirmadas", reforçou.

## **Governo refaz cartilha para explicar reforma da Previdência mais branda**

16/05/2017 – Fonte: Bem Paraná

O governo Michel Temer publicou nesta segunda-feira (15) uma nova versão da cartilha que já havia sido feita para explicar a reforma da Previdência aos deputados.

Nas 5.000 cópias, o texto procura, em 16 páginas, mostrar que as mudanças feitas pelo relator, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), deixaram a proposta mais palatável.

Cálculos do governo indicam que a versão atual da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) significa uma perda de 25% da economia que seria alcançada com o texto enviado pela União ao Legislativo no final do ano passado. O ministro Eliseu Padilha (Casa Civil) disse na sexta-feira (12) que o governo não está mais disposto a fazer concessões.

As alterações no material, voltado tanto para parlamentares como para a sociedade civil, começam já na capa, onde aparecem fotos de pessoas sorrindo. "Humanizamos com as fotos de pessoas", disse o deputado Beto Mansur (PRB-SP), que tem trabalhado a comunicação da reforma em parceria com o ministro Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência).

"O valor da contribuição paga hoje pelos trabalhadores e empregadores urbanos do INSS não aumenta em nenhum centavo. O governo federal optou por uma proposta de reforma que não reajusta impostos", diz um trecho da cartilha "Para entender a reforma da Previdência". Trechos de mais apelo são grafados em negrito: "O que muda é que a reforma da Previdência trará mais igualdade e acabará com privilégios".

A cartilha traz tabelas com os novos cálculos de maneira simplificada e compara a idade mínima de aposentadoria em diversos países que têm regras mais duras que aquela que será aplicada no Brasil, caso a proposta seja aprovada. O material também divulga um site criado para esclarecer a reforma.

Ciente de que ainda não tem votos suficientes para aprovar a reforma da Previdência, o governo ainda não marcou uma data para levar a proposta para votação em plenário, embora a expectativa seja que isso ocorra na primeira semana de junho. Como se trata de uma PEC, são necessários 308 votos.

Por segurança, o governo quer ter garantia de pelo menos 320 votos. O Planalto tenta reverter a rejeição popular utilizando a cartilha e propagandas na TV e no rádio. De acordo com pesquisa Datafolha, a reforma é rejeitada por 71% da população.

Enquete no site do PMDB, partido do presidente Michel Temer, indicava na noite desta segunda-feira que 96% dos votantes (43.009 pessoas) são contra a reforma. O Palácio do Planalto não havia informado o valor gasto com a impressão da cartilha até a publicação desta reportagem.

## **Para aprovar reforma, governo cede em novo programa para devedores**

16/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Em busca de votos para aprovar a reforma da Previdência, o governo cedeu nas negociações com o Congresso e concordou em permitir descontos de multas e juros no novo programa criado para regularização de dívidas de empresas com o fisco.

Batizado como Programa de Regularização Tributária (PRT), e popularmente conhecido como novo Refis, o novo plano começou a ser discutido depois que o Congresso alterou proposta original do governo, incluindo vários benefícios para devedores.

A equipe econômica é contrária aos descontos e trabalha para reduzir ao mínimo a perda de arrecadação nas negociações. No limite, aceita descontos de até 25% nas multas e 25% nos juros sob determinadas condições de pagamento da dívida. As discussões estavam em andamento nesta segunda (15).

Até a conclusão desta edição, a expectativa de arrecadação com o novo Refis, que era de cerca de R\$ 8 bilhões com a proposta original do governo, passou para cerca de R\$ 1 bilhão no novo plano.

A versão proposta pela comissão especial criada pelo Congresso para examinar a proposta original do governo provocaria uma perda de arrecadação de R\$ 23 bilhões. Com dificuldade para fechar as contas do governo em meio à lenta recuperação da economia, a equipe econômica pressionou o presidente Michel Temer a mudar o plano.

Com as negociações, o governo estuda dois caminhos. Um deles seria o próprio Congresso votar uma emenda conciliadora. Outra ideia seria deixar que a medida provisória com a proposta original do governo perca a validade e enviar nova medida incluindo as condições negociadas com os parlamentares.

O texto aprovado na comissão permite o parcelamento das dívidas em até 180 meses e, dependendo da parcela inicial, garante às empresas devedoras o direito a até 90% de desconto nas suas multas.

A **Folha** teve acesso à última versão da nova medida em que estão descritas as condições do governo. De acordo com elas, o prazo máximo de 120 meses foi mantido —com as mudanças, esse prazo chegava a 180 meses— mas, em compensação, o governo permite o desconto de parte das multas e dos juros.

Essa possibilidade valerá tanto para as dívidas ainda em discussão na Receita Federal quanto para as pendências inscritas na dívida ativa da União, que são cobradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Os descontos só valeriam para quem pagar 24% do valor total da dívida até dezembro deste ano. Sobre o saldo restante seriam concedidos descontos, e o valor final seria parcelado em 114 vezes.

O relator do projeto no Congresso, deputado Newton Cardoso Júnior (PMDB-MG) disse que o governo acompanhou a tramitação e que, em momento algum, houve queixas. "Só não tomou conhecimento quem não foi lá [na comissão especial]", afirmou. "Não pautar isso seria uma tragédia para a economia e para a recuperação do país. Setores inteiros seriam inviabilizados."

O governo também negocia benefícios para produtores rurais que tem dívidas com o Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural).

## **Déficit da Previdência tem números contundentes e está se ampliando, diz Tesouro**

16/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, esteve na CPI da Previdência do Senado nesta segunda-feira, 15, e buscou fortalecer a tese do déficit previdenciário e apoiar a reforma proposta pelo governo Temer, em análise na Câmara dos Deputados.

Ana Paula rebateu informações de senadores, que argumentaram que, segundo dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), a Previdência é superavitária. Ela apresentou números da própria Secretaria do Tesouro para argumentar que não apenas há déficit na Previdência, como também há uma tendência de ampliação e deterioração do déficit.



De acordo com a secretária, as despesas previdenciárias crescem aceleradamente enquanto as receitas se estabilizaram. “Os números revelam de fato uma deterioração, se houvesse equilíbrio contributivo na Previdência, haveria mais recursos para investimentos sociais”, afirmou.

Ana Paula apresentou números nas três esferas de Poder argumentando que todas estão deficitárias. Segundo sua explanação, a situação mais grave é a dos Estados. “Os municípios ainda conseguem apresentar no fluxo dos exercícios financeiros um superávit, mas os Estados não, eles apresentam um déficit que se agrava. Essa deterioração é muito forte e sempre acontece do lado das despesas”, afirmou.

Ela exemplificou com o caso de Estados brasileiros que não conseguem mais cumprir compromissos financeiros básicos, como pagar em dia a folha de salário de servidores públicos.

A secretária fez ainda um alerta sobre a situação futura da Previdência. Ela defendeu que, por uma questão estrutural, que é o envelhecimento da população, o déficit previdenciário tende a se agravar. “A transição demográfica brasileira é acelerada, por isso precisamos de reforma”, afirmou.

### **Dívida cresce 15% ao ano, diz procurador da Fazenda em CPI da Previdência**

16/05/2017 – Fonte: Senado Notícias



O estoque da dívida ativa previdenciária supera R\$ 433 bilhões e continua crescendo a um ritmo anual de 15%, disse nesta segunda-feira (15) o procurador-geral da Fazenda Nacional, Fabrício da Soller, em audiência pública interativa na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência.

De acordo com Soller, o montante devido pelos maiores devedores ultrapassa R\$ 50 bilhões, e a recuperação de créditos previdenciários alcança patamar superior a R\$ 4 bilhões por ano. De 2010 a 2016, foram recuperados mais de R\$ 22 bilhões, em valores nominais, e outros R\$ 52 bilhões do estoque da dívida estão garantidos ou parcelados.

— Isso implica que o índice de êxito na cobrança da dívida previdenciária gira em torno de 16,5%, provavelmente nenhuma entidade pública ou privada disponha de recursos que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional possui para recuperação de créditos.

Neste momento de crise econômica, enquanto há declínio na arrecadação da Receita, nós tivemos aumento de 10,8% na arrecadação, no âmbito das contribuições previdenciárias. A legislação faculta aos devedores o pagamento devido de forma parcelada e o oferecimento de garantia enquanto a dívida é discutida na Justiça — informou.

### **Corrupção**

Por sua vez, a ministra Grace Mendonça, da Advocacia Geral da União (AGU), destacou o esforço da instituição no combate à corrupção na Previdência, e disse que 1.700 procuradores estão envolvidos na questão da Previdência.

De 2015 ao presente momento, afirmou Mendonça, houve restituição de 20% de valores no âmbito administrativo e judicial, por meio da atuação conjunta da

Procuradoria-Geral da Advocacia Nacional com a Receita Federal. A ministra também destacou o corte recente de 11 mil benefícios pagos indevidamente pela Previdência, a partir de atuação da AGU.

Secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi ressaltou que o déficit da previdência da União, estados e municípios vem se acentuando desde 2015, passando de R\$ 78,9 bilhões para R\$ 138 bilhões. Os regimes próprios dos servidores públicos dos municípios, afirmou, ainda não apresentam déficits correntes anuais, mas há uma tendência de deterioração a ser observada nos próximos anos, caso não haja mudanças.

— Nos estados, o déficit é mais grave, saindo de R\$ 69,9 bilhões para R\$ 89,6 bilhões, ainda se agravando. Na União, o déficit no regime próprio ronda os R\$ 77 bilhões. As despesas previdenciárias crescem aceleradamente e alcançam R\$ 500 bilhões. O déficit do regime geral da Previdência saiu de R\$ 49 bilhões, em 2016, para R\$ 189 bilhões, em 2017 — expôs a secretária.

Secretário do Orçamento Federal, George Soares disse que as grandes despesas da Previdência englobam os benefícios dos servidores da União, o Benefício da Prestação Continuada, o seguro desemprego e o Bolsa-Família.

Já o advogado Guilherme Portanova afirmou que “todo cálculo que apresenta déficit é inconstitucional”, e que a arrecadação previdenciária tem que levar em conta não só a contribuição do empregado e do empregador, mas ainda a receita oriunda das loterias, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e da Pis/Cofins.

— Se incluírem todas as cinco [contribuições], chegaremos a um superávit de R\$ 658 bilhões de reais, de 2005 a 2015 — afirmou.

### **Responsabilidade**

Líder do governo, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) disse que é preciso redirecionar o país com responsabilidade, para que o futuro presidente da República tenha no mínimo os requisitos necessários de equilíbrio, segurança, juridicidade e credibilidade para fazer algo a mais em favor da sociedade.

— O governo está aberto a toda sugestão que possa ser discutida para a sustentabilidade da Previdência. Não há país no mundo que tenha feito uma reforma da Previdência tão suave e com prazo de transição de 20 anos tão grande como o Brasil.

A reforma atual não zera o déficit, mas diminui o nível de crescimento que, se não for enfrentado, vai tirar recursos da educação, da saúde e da segurança em dez anos. Se não resolvermos isso, quem pagará a conta, como na Grécia e na Itália, serão os aposentados. Estamos fazendo uma transição a mais tranquila da história para que não seja necessário cortar na carne as aposentadorias e pensões —afirmou.

Relator da CPI, o senador Hélio José (PMDB-DF) criticou a adoção de programas de refinanciamento das dívidas, e ressaltou que o trabalhador não pode pagar o preço da inadimplência e da omissão na cobrança dos créditos previdenciários.

Presidente da CPI da Previdência, o senador Paulo Paim (PT-RS) concluiu que a reforma do setor deveria ser apresentada somente após o término dos trabalhos do colegiado, que volta a se reunir na semana que vem.

## **'Deturpam a reforma da Previdência com contrainformação'**

16/05/2017 – Fonte: O Estado de S. Paulo

Pelas estimativas de Leonardo Rolim Guimarães, ex-secretário de Previdência e consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados, até o início de junho a Reforma da Previdência passa. O maior esforço agora é derrubar “a argumentação falaciosa” que prejudica a tramitação no Congresso e a compreensão do cidadão. “A comunicação foi muito deturpada”, diz ele. A seguir, trechos da entrevista.

### **Dá para estimar em quanto tempo o governo vai garantir maioria para aprovar a reforma?**

Eu estimo que, entre final de maio ou início de junho, o governo já tenha todos os votos de que precisa.

### **Por que está demorando mais tempo do que o previsto?**

Essa reforma é difícil de qualquer jeito, ainda mais em ano pré-eleitoral, e a sua comunicação, em tempos de redes sociais, foi muito deturpada.

### **Deturpada em que sentido?**

Chegou para as pessoas que a reforma é ruim, negativa e desnecessária. Muitas mentiras foram colocadas na internet, de forma totalmente irresponsável. As pessoas já são resistentes às mudanças e leem essas coisas, já viu: basta que alguém fale algo que elas se convencem logo e ficam contra.

Era de se esperar, nesse cenário, que o governo tivesse dificuldade. Apesar de o governo até ter uma base muito mais ampla que os três quintos necessários para a aprovação, uma quantidade considerável de parlamentares realmente ainda não está convencida da real necessidade da reforma. Eles ficam perguntando se não dava para esperar, se é tão grave assim. A gente vai lá, explica: olhe, a reforma está atrasada.

### **Atrasada em quanto tempo?**

Voltando lá atrás. Fernando Henrique Cardoso, quando presidente, fez uma reforma na Previdência. Nem de longe, porém, ela foi o que ele pretendia. O texto que saiu do Congresso ficou bem aquém do que era preciso. Resultado: foi uma reforma importante, mas não resolveu o problema. Em pouco tempo, foi preciso fazer outra.

Mas a mesma coisa aconteceu no governo de Lula: ele mandou um projeto muito mais ambicioso, o que saiu foi menos. Em 2011, criamos grupos de trabalho com aposentados, com centrais sindicais.

Era para o governo ter apresentado uma proposta, mas não saiu. Em 2015, Dilma Rousseff retomou a questão, anunciou que faria a reforma. Novos grupos foram criados. Mas veio o impeachment. Aí entra o governo de Michel Temer. Tem gente que diz que agora estão acelerando a discussão da reforma. Não. São uns 10 anos de atraso, se pensarmos que devia ter saído no governo Lula.

### **O sr. mencionou que a reforma de FHC foi diluída e não resolveu o problema. O que seria “resolver o problema”?**

Garantir que o governo vai ter dinheiro no futuro, para poder pagar a aposentadoria de quem é jovem hoje e, lá na frente, vai ser velho. Garantir equilíbrio dos benefícios concedidos entre ricos e pobres.

O Barroso está certo no que disse (no sábado passado, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, defendeu a Reforma da Previdência, alegando que o modelo atual transfere renda dos mais pobres para os mais ricos). O nosso sistema previdenciário é altamente regressivo. A reforma vai melhorar a distribuição de renda. Digo o mesmo sobre os jovens. Tenho pena dos jovens que são contra. Essa reforma é para eles.

## **Não vai ter dinheiro mesmo?**

Não tenha dúvida: não vai ter. A conta é simples. Há 20 anos, o sistema tinha metade dos aposentados que tem hoje. Em 2050, serão o triplo do que temos hoje, mas a quantidade de pessoas contribuindo vai ser praticamente o que temos hoje. Você já cobre esse buraco usando dinheiro de impostos.

Quem paga mais impostos? Os mais pobres. Barroso está certo: tiramos dinheiro dos mais pobres para dar de aposentadoria aos mais ricos. E se hoje a sociedade já não consegue pagar, já tem um rombo, como vai pagar no futuro? Já estamos tirando dinheiro de educação, de saúde, de investimento, de ciência e tecnologia para cobrir a Previdência. Não precisa ser expert em matemática para ver como será no futuro.

## **POR QUE SE PREOCUPAR COM A REFORMA DA PREVIDÊNCIA**

### **Como militares ficaram de fora e aposentadorias especiais prevalecem, fica a impressão de que a reforma prejudica os pobres.**

O que acontece no debate sobre a reforma hoje aconteceu nos debates anteriores. A elite brasileira sempre foi vampira, sanguessuga. São pessoas inteligentes, bem formadas, competentes. Mas usam os pobres como escudos. Para defenderem os seus privilégios, criam toda uma argumentação falaciosa, para que os pobres e os jovens, os grandes beneficiários, fiquem contra. Toda ênfase dessa reforma preserva os mais pobres e tira privilégios da maioria dos funcionários públicos. Gente como eu e o Marcelo (Caetano, secretário de Previdência), funcionários públicos, somos odiados pelos colegas hoje. Quem se aposenta mais cedo?

Quem tem emprego estável, carteira assinada a vida toda ou emprego no serviço público. Pobre não tem isso. Pela regra nova fica igual para todo mundo – e essa é a diferença dessa reforma que irrita a elite. Acaba aposentadoria precoce, acaba a regra diferenciada, acaba a integralidade e a paridade.

E a regra de transição endurece para quem ia se aposentar cedo. Obriga a criação de Previdência complementar nos Estados. Todo mundo vai ter o teto do INSS. Entre os novos trabalhadores, não tem privilégio para ninguém e, entre os antigos, reduz muito dos privilégios existentes. Você tem ideia de quanto ganham os auditores fiscais, que fizeram campanha contra a reforma? Uns R\$ 25 mil. Por que você acha que são contra?

### **Temer diz que corrigir a tabela do Imposto de Renda 'seria útil, mas complicado'**

16/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente Michel Temer afirmou nesta segunda-feira, 15, em entrevista coletiva a emissoras regionais de rádio, que “apreciaria muitíssimo” corrigir a tabela do Imposto de Renda para Pessoa Física, com a ampliação da faixa de isenção, hoje limitada ao máximo de R\$ 1.913,98. Temer, que respondia a uma pergunta sobre a possibilidade de dobrar esse teto, disse, porém, que não há nada de concreto sobre o assunto, que considerou “muito complicado”.

“Houve uma fala sobre a possibilidade de aumentar a faixa de isenção”, confirmou o presidente, sobre negociações iniciais a respeito do tema. Mas, evitou anunciar como certa a possibilidade de dobrar a faixa de isenção. “Não há isso concretamente. Seria bom. Seria uma maneira de alcançar uma boa margem de trabalhadores que seriam beneficiados por isso de um lado e, de outro lado, também a economia que fariam ao invés de pagar o tributo, iriam gastar isso na economia nacional”, declarou o presidente.

Em seguida, Temer reconheceu que a medida, que causaria um baque na arrecadação federal, não é fácil de ser adotada, embora a considere importante. “Seria útil. Mas reconheço que é uma coisa complicada. Foi fruto apenas de uma breve fala que as

cadeiras, mesas e paredes do Planalto captaram”, disse, brincando com o vazamento da informação.

Questionado sobre o prazo para a definição em torno dessa possibilidade, o presidente respondeu com apenas um “não sei”.

## **FGTS**

Mas, antes, Michel Temer, ao responder sobre a possibilidade de ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda, chegou a fazer um paralelo com os efeitos da Medida Provisória que está sendo concluída pelo governo e que permitirá o saque dos rendimentos de contas do FGTS. “Os rendimentos do FGTS, que ficavam apenas com o poder público, são partilhados, metade vai para os trabalhadores”, disse o presidente, anunciando para “daqui a um mês, um mês e pouco, no máximo” o prazo para a liberação de “vários bilhões que são fruto do rendimento”.

Temer também comparou a medida à injeção de recursos no varejo trazida pelos saques de contas inativas do Imposto de Renda. “Houve apenas uma primeira conversa para verificar se seria possível ampliar a faixa limite para o IR. Se for possível, claro, se aumenta a faixa de isenção, permitindo que muita gente possa economizar no pagamento do tributo para investir, para aplicar no varejo ou onde seja. Aliás, talvez haja relação lógica entre a liberação dos valores do FGTS que já chegam a R\$ 28 bilhões e a melhora das compras no varejo”, afirmou.

## **Materiais e serviços da construção ficam mais baratos no IGP-10 de maio, diz FGV**

16/05/2017 – Fonte: EM.com

Os serviços e materiais usados na construção civil ficaram mais baratos em maio, dentro do Índice Geral de Preços - 10 (IGP-10), divulgado na manhã desta terça-feira, 16, pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-10) registrou um recuo de 0,02% no mês, após já ter verificado uma queda da mesma magnitude em abril (-0,2%). O IGP-10 recuou 1,10% em maio, após a queda de 0,76% em abril.

O índice relativo a Materiais, Equipamentos e Serviços registrou recuo de 0,06% em maio, após redução de 0,04% no mês anterior. O índice que representa o custo da Mão de Obra teve alta de 0,02% em maio, depois de ter registrado estabilidade em abril (0,0%).

Em maio, os itens com avanços de preços mais significativos foram tijolo e telha de cerâmica (0,69%), ferragens para esquadria (1,10%), argamassa (0,64%), portas e janelas de madeira (1,52%) e vale transporte (0,56%).

Na direção oposta, ajudaram a conter o índice as reduções em vergalhões e arames de aço ao carbono (-1,38%), cimento Portland comum (-1,39%), projetos (-0,31%), condutores elétricos (-1,03%) e massa de concreto (-0,37%)

## **IGP-10 de maio recua 1,10% ante queda de 0,76% em abril, revela FGV**

16/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Índice Geral de Preços - 10 (IGP-10) recuou 1,10% em maio, após a queda de 0,76% em abril, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta terça-feira, 16. O resultado ficou dentro das projeções dos analistas do mercado financeiro ouvidos pelo **Projeções Broadcast**, que esperavam uma queda entre 1,17% e 0,90%, com mediana negativa de 1,01%.

No caso dos três indicadores que compõem o IGP-10 de maio, os preços no atacado medidos pelo IPA-10 tiveram queda de 1,74% este mês, após a redução de 1,29% em abril. Os preços ao consumidor verificados pelo IPC-10 apresentaram avanço de 0,21% em maio, ante uma alta de 0,42% em abril. Já o INCC-10, que mede os preços da construção civil, teve taxa negativa de 0,02%, repetindo o resultado registrado em abril, também de -0,02%.

O IGP-10 acumula deflação de 0,81% no ano e elevação de 2,14% em 12 meses. O período de coleta de preços para o indicador de maio foi do dia 11 de março ao 10 deste mês. O IGP-DI, que apurou preços do dia 1º a 30 do mês passado, caiu 1,24%.

### **Grupos**

Os produtos alimentícios subiram menos e ajudaram a desacelerar a inflação ao consumidor no IGP-10, segundo a FGV. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-10) teve alta de 0,21% este mês, após uma elevação de 0,42% em abril. Quatro das oito classes de despesas tiveram taxas de variação menores, com destaque para o grupo Alimentação, que saiu de avanço de 0,92% em abril para crescimento de 0,23% em maio). O destaque foi o item frutas, que passou de aumento de 0,09% para queda de 4,41% no período.

Os demais resultados menores foram nos grupos Habitação (de 0,60% para 0,03%), Educação, Leitura e Recreação (de 0,22% para -0,61%) e Despesas Diversas (de 0,64% para 0,17%), sob influência de itens como tarifa de eletricidade residencial (de 2,64% para -1,13%), passagem aérea (de 6,52% para -16,73%) e cigarros (de 0,85% para 0,00%), respectivamente.

Na direção oposta, houve pressão maior dos gastos com Transportes (de -0,42% para 0,00%), Comunicação (de -0,55% para 1,12%), Saúde e Cuidados Pessoais (de 0,84% para 1,14%) e Vestuário (de -0,27% para 0,00%).

Os itens com movimentos mais relevantes foram gasolina (de -2,03% para -1,04%), tarifa de telefone residencial (de -2,29% para -0,15%), medicamentos em geral (de 0,50% para 2,85%) e roupas (de -0,50% para 0,26%), respectivamente.

### **IPAs**

Os preços agropecuários mensurados pelo IPA Agrícola recuaram 3,07% no atacado em maio, dentro do IGP-10. Em abril, a queda havia sido de 3,43%. Já os preços dos produtos industriais medidos pelo IPA Industrial tiveram redução de 1,27% no atacado em maio, ante redução de 0,51% em abril.

Dentro do Índice de Preços por Atacado segundo Estágios de Processamento (IPA-EP), que permite visualizar a transmissão de preços ao longo da cadeia produtiva, os preços dos bens finais tiveram elevação de 0,18% em maio, após a alta de 0,21% em abril.

Os preços dos bens intermediários tiveram queda de 0,38% este mês, ante recuo de 0,81% em maio. Já os preços das matérias-primas brutas apresentaram redução de 5,46% em maio, após a queda de 3,49% no mês anterior.

**IPC-S fica em 0,30% na 2ª quadrissemana de maio ante 0,26% na anterior, diz FGV**

16/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor – Semanal (IPC-S) acelerou na segunda quadrissemana de maio, para 0,30%, de 0,26% na primeira medição do mês, informou nesta terça-feira, 16, a Fundação Getulio Vargas (FGV).

Das oito classes de despesas analisadas, quatro apresentaram acréscimo em suas taxas de variação nesta apuração: Habitação (-0,15% para 0,44%), Vestuário (-



0,05% para 0,55%), Despesas Diversas (0,13% para 0,21%) e Comunicação (1,14% para 1,22%).

Em contrapartida, registraram decréscimo em suas taxas de variação na segunda quadrissemana de maio os grupos Alimentação (0,56% para 0,16%), Transportes (-0,05% para -0,17%), Saúde e Cuidados Pessoais (1,20% para 1,08%) e Educação, Leitura e Recreação (-0,48% para -0,53%).

A maior contribuição para aceleração do IPC-S entre a primeira e a segunda medições de maio foi do grupo Habitação. O segmento saiu de deflação de 0,15% para inflação de 0,44%. Esse movimento foi influenciado pela taxa maior do item tarifa de eletricidade residencial, que passou de queda de 2,60% para alta de 1,52%, com a devolução altista dos descontos na conta de luz no mês anterior.

Dentre as outras classes de despesas que registraram acréscimo em suas taxas de variação, a FGV destacou o comportamento dos itens roupas (0,20% para 0,92%), em Vestuário, tarifa postal (0,00% para 1,99%), no grupo Despesas Diversas, e mensalidade para TV por assinatura (3,01% para 3,50%), em Comunicação.

Do lado do alívio, hortaliças e legumes (11,43% para 4,40%) foi o subgrupo mais relevante para a desaceleração de Alimentação, tarifa de ônibus urbano (0,20% para -0,02%) teve a maior influência para o arrefecimento de Transportes, artigos de higiene e cuidado pessoal (0,24% para -0,37%) foi o destaque de baixa em Saúde e Cuidados Pessoais, e excursão e tour (-0,69% para -1,68%) contribuíram para a deflação mais intensa de Educação, Leitura e Recreação.

De forma isolada, os itens com as maiores influências de alta foram tarifa de eletricidade residencial (-2,60% para 1,52%), batata-inglesa (apesar da desaceleração de 29,10% para 21,79%), plano e seguro de saúde (que manteve a taxa de 0,99%), pacotes de telefonia fixa e internet (2,41% para 2,53%) e vasodilatador para pressão arterial (2,52% para 2,65%).

Já os cinco itens com as maiores influências de baixa foram passagem aérea (-16,57% para -16,67%), gasolina (-1,01% para -1,03%), laranja pera (-7,56% para -8,86%), etanol (mesmo com deflação menor de -2,52% para -2,08%) e perfume (0,04% para -1,16%).

### **Balança comercial tem superávit de US\$ 2,038 bilhões na 2ª semana de maio**

16/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 2,038 bilhões na segunda semana de maio (entre os dias 8 a 14), de acordo com dados divulgados pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). O saldo positivo é resultado de exportações de US\$ 4,714 bilhões e importações de US\$ 2,676 bilhões.

Segundo o MDIC, a média diária das exportações na segunda semana do mês alcançou US\$ 942,8 milhões, cifra 5,4% acima da média de US\$ 894,9 milhões observada na primeira semana do mês.

O aumento dos embarques de produtos manufaturados (+18,7%, para média diária de US\$ 349,7 milhões) liderou o movimento positivo. Entre os manufaturados, destaque para a exportação de automóveis de passageiros, aviões, laminados planos de ferro/aço, açúcar refinado, veículos de carga.

Ainda na pauta de exportações, a média diária de embarque de semimanufaturados cresceu 10,2% ante a semana anterior, para US\$ 133,7 milhões. Nesse caso, o destaque ficou com açúcar em bruto, ouro em formas semimanufaturadas, alumínio em bruto, madeira em estilhas e zinco em bruto.

Na contramão, a exportação de produtos básicos caiu 5,6% na semana, para US\$ 436,4 milhões. Nesse caso, o resultado foi influenciado pelo minério de ferro, minério de cobre, carnes bovina, suína e de frango, magnésia calcinada, bovinos vivos.

Do lado das importações, houve queda da média diária de 17,2% ante a primeira semana do mês, para US\$ 535,1 milhões. O ministério cita que a contração nas importações foi liderada pela diminuição nos gastos com combustíveis e lubrificantes, equipamentos eletroeletrônicos, equipamentos mecânicos, bebidas e álcool, siderúrgicos.

No acumulado do mês até o dia 14, o Brasil acumula saldo positivo de US\$ 3,033 bilhões, resultado de exportações de US\$ 8,294 bilhões e importações de US\$ 5,261 bilhões. No acumulado do ano, o superávit da balança comercial alcança US\$ 24,403 bilhões, valor resultante de exportações que totalizam US\$ 76,433 bilhões e importações de US\$ 52,030 bilhões.

### **Financiamento de veículos por bancos de montadoras cresce 18,4% no 1º tri**

16/05/2017 – Fonte: Portal Contábil SC



Os bancos de montadoras liberaram R\$ 22 bilhões em financiamentos para compra de veículos no primeiro trimestre, alta de 18,4% sobre um ano antes, em um sinal de recuperação do setor automotivo, disse a Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras (Anef) nesta segunda-feira, 15.

Apenas no mês de março, os bancos associados da entidade financiaram R\$ 8,3 bilhões, maior volume desde janeiro de 2015. A alta foi de 28,5% sobre fevereiro e de 23,9% sobre igual período do ano passado.

Para o presidente da Anef, Gilson Carvalho, os números mostram que o setor começa a esboçar uma recuperação após anos de resultados fracos, no rastro da recessão do país, que fez o mercado automobilístico cair para o pior nível em uma década.

“Estamos vendo alguns sinais de retomada da demanda por crédito”, disse Carvalho. “O segundo trimestre deve ser melhor que o primeiro”.

Mesmo com a recuperação, o saldo da carteira de empréstimos para compra de veículos em março, incluindo Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e leasing, registrou queda de 8,5% na comparação anual, a R\$ 161,7 bilhões.

De acordo com Carvalho, apesar da leve melhora de cenário, com juros em queda, as taxas seguem ainda altas refletindo em parte os elevados níveis de inadimplência, que tendem a ser revertidos à medida que os índices de desemprego começarem a cair.

Segundo a Anef, o índice de inadimplência acima de 90 dias nos financiamentos automotivos no CDC ficou em 4,5% em março para pessoas físicas e também jurídicas. Em março de 2016, a inadimplência era de 4,4% para as pessoas físicas e de 5,4% para pessoas jurídicas.

Segundo Carvalho, os financiadores estão sendo cuidadosos nos novos desembolsos, concentrando-se nas operações de melhor qualidade e sendo moderados nas concessões de juro zero e de prazos estendidos.

Os números da Anef mostraram que o prazo médio concedido pelos bancos nos financiamentos em março foi de 41,9 meses, pouco acima dos 40,8 meses ante um ano antes.

## **Subcomissão vai rever legislação sobre recall**

16/05/2017 – Fonte: Portal Câmara

O Procon de São Paulo, que tem uma lista de todos os recalls em andamento em sua página na internet, afirma que só neste ano foram publicados 64 recalls sendo 59 de carros. Segundo o órgão, o atendimento às campanhas está em torno de 10%



Valle: o número de recalls vem crescendo e a abrangência deles é preocupante. Uma montadora convocou consumidores para reparar defeitos de veículos produzidos entre 2007 e 2017

A Comissão de Viação e Transportes instalou a Subcomissão Especial da Regulamentação do *Recall*. A ideia do deputado Alexandre Valle (PR-RJ), que preside a subcomissão, é rever toda a legislação para garantir mais segurança ao consumidor e punir as empresas que vendem produtos com defeito.

O *recall* é um chamamento feito pelas empresas aos consumidores para que compareçam a uma assistência técnica a fim de reparar produtos com defeito de fabricação.

De acordo com o deputado, o número de recalls vem crescendo e a abrangência deles também é preocupante.

Alexandre Valle citou exemplos de uma montadora de automóveis que convocou os consumidores para reparar defeitos de veículos produzidos entre 2007 e 2017, ou seja, 10 anos; e outra que está reparando airbags em mais de 500 mil carros. "Ninguém está vendo isso?"

Está tudo acontecendo no Brasil e as pessoas não estão vendo? Você não pode comprar um carro num valor absurdo, com imposto alto, que tenha esse problema todo e ninguém fiscaliza e fica por isso mesmo. Ninguém é multado? Nós vamos buscar legislação internacional, nós vamos verificar se vamos propor uma agência reguladora para isso."

### **Lista de recalls**

O Procon de São Paulo, que tem uma lista de todos os *recalls* em andamento em sua página na internet, afirma que só neste ano foram publicados 64 recalls: 59 de carros, 3 de produtos de informática, 1 de produto infantil e 1 do setor de alimentos e bebidas. O órgão de defesa do consumidor tem informado que o atendimento às campanhas está em torno de apenas 10%.

Alexandre Valle explica que pode apresentar um projeto de lei para evitar a comercialização de carros que não passem pelo recall anunciado.

Hoje, uma portaria do Ministério da Justiça determina que a informação de que o proprietário não atendeu ao recall após um ano do chamamento seja colocada no documento do veículo.

O deputado afirma ainda que poderiam ser feitas parcerias com os detrans para que as montadoras possam avisar os proprietários dos recalls anunciados. Isso porque a legislação atual apenas obriga a empresa a anunciar o recall em meios de comunicação.

### **Autopeças: faturamento cresce 15,3% no trimestre**

16/05/2017 – Fonte: Automotive Business



Os fabricantes de autopeças registraram no primeiro trimestre deste ano um faturamento líquido nominal 15,3% maior que o anotado no mesmo período do ano passado. A alta reflete a melhora nas entregas à indústria automobilística.

As vendas para as montadoras anotaram alta de 35,4% sobre os mesmos três meses de 2016 como consequência do crescimento da produção interna, estimulada pelo envio de automóveis, caminhões e ônibus ao exterior.

Embora em menor medida, o faturamento das autopeças no trimestre também cresceu para o mercado de reposição (1,5%) e para as exportações (1,6%). Os números foram divulgados pelo Sindipeças, entidade que reúne os fabricantes do setor.

A capacidade ociosa anotada em março foi de 38%, o menor índice registrado pela indústria de autopeças desde setembro de 2015. Durante 2016 a ociosidade no segmento teve picos acima de 50%.

Como consequência da maior ocupação atual o emprego no setor de autopeças anotou em março alta de 0,59% sobre fevereiro, mas no acumulado do ano ainda se verifica retração de 10,2% ante os mesmos três meses de 2016.

### **Lyft faz parceria com empresa do Google com foco em carros autônomos**

16/05/2017 – Fonte: Automotive Business

Mais dois novos players do mercado automotivo anunciaram parceria com foco em carros autônomos. Desta vez a plataforma de transporte Lyft, concorrente da Uber, estabeleceu cooperação com a Waymo, empresa da Alphabet dona do Google, que passou a concentrar todas as iniciativas ligadas ao desenvolvimento de veículos autoguiados da gigante de tecnologia.

O acordo não é exclusivo e, portanto, a parceria da empresa de transporte com a General Motors segue valendo.

A montadora testa veículos autônomos nos Estados Unidos e, no futuro, pode oferecer carros com a tecnologia para a frota da startup. Com a cooperação a Waymo reforça seu posicionamento como fornecedora de soluções e sistemas, descartando o interesse em efetivamente dominar toda as etapas e a produção de veículos.

A empresa começou a rodar com um projeto piloto nas vias públicas do Arizona. Unidades autônomas da minivan Pacífica, da Chrysler, passaram a oferecer serviços de transporte individual. Ao se associar à Lyft, a empresa pode ganhar escala com o serviço rapidamente quando ele estiver acabado.

O acordo aproxima a Lyft da Uber, que tem feito uma série de parcerias com foco em carros autônomos. Há acordos com a Mercedes-Benz e com a Volvo Cars, por exemplo.

A parceria com a Wayma, no entanto, dá alguma vantagem à companhia. A empresa do Google tem quase uma década de pesquisas da tecnologia.

### **Volvo usará nova interface baseada no Android em seus carros**

16/05/2017 – Fonte: Automotive Business



A Volvo Cars anunciou parceria com o Google para desenvolver a próxima geração de sua interface de infoentretenimento e conectividade baseada no sistema operacional Android. De acordo com a montadora, o sistema dará acesso a grande variedade de aplicativos e serviços.

A nova interface estará disponível em cerca de dois anos nos novos modelos Volvo. A parceria promete mudar a forma atual como os consumidores de Volvo interagem com seus carros. O grande catálogo de aplicativos populares do Android (desenvolvidos por Google, Volvo ou terceirizados) oferecerá serviços conectados dentro e também ao redor do carro.

“Esse é um importante passo estratégico com o Google, que dispõe de plataforma e serviços que vão melhorar a experiência do usuário. O Android trará maior flexibilidade do ponto de vista do desenvolvimento”, afirma o vice-presidente de pesquisa e desenvolvimento da montadora sueca, Henrik Green.

A parceria reflete a convergência contínua das indústrias automotiva e de tecnologia, já que os carros se tornam cada vez mais conectados. O Android como sistema operacional aumentará a velocidade e a flexibilidade no desenvolvimento da plataforma e tende a oferecer a capacidade de personalizar a conectividade no veículo.

“Essa cooperação nos dá a oportunidade de oferecer uma experiência ainda melhor aos motoristas dos Volvo por meio de uma plataforma de infoentretenimento com uma grande variedade de aplicativos e serviços do Google para o Android”, conclui o vice-presidente de engenharia do Android, Patrick Brady.

A Volvo também está colaborando com o Google em outra iniciativa para adicionar o Google Local Search, um aplicativo de serviço baseado em localização para os produtos atuais. A iniciativa estará disponível por meio da atualização dos equipamentos com Sensus Navigation.

### **Argentina reduz imposto de importação de híbridos e elétricos**

16/05/2017 – Fonte: Automotive Business



A Argentina reduziu o imposto de importação para veículos híbridos, cuja tarifa passou de 35% para 5%, segundo informações do jornal local Clarín. Para modelos 100% elétricos ou movidos a célula de combustível de hidrogênio, o imposto vai a 2%, enquanto que para aqueles que chegarem ao país semidesmontados ou em CKD para montagem local, terão tarifa zero.

A medida será válida por pelo menos 3 anos e foi publicada no Diário Oficial do país na sexta-feira, 12, passando a vigorar nesta mesma data.

As importações serão limitadas a 6 mil unidades neste período e todos os veículos deverão ser homologados pelo INTI (Instituto Nacional de Tecnologia Industrial), equivalente ao Inmetro no Brasil. Por enquanto, este benefício não inclui veículos elétricos menores, cujo peso não exceda os 550 quilos.

O objetivo do governo é incentivar a montagem de veículos mais limpos no país, bem como o desenvolvimento para estes veículos, que necessitam de infraestrutura adequada, como postos de recarga para aqueles 100% movidos a bateria, por exemplo.

Por enquanto, o único modelo movido a energia alternativa e vendido atualmente no mercado argentino é o Toyota Prius, equipado com um motor elétrico e outro a combustão de 1.8 e cujo preço é de quase 1 milhão de pesos (\$ 955.340). Por sua vez, a Volkswagen chegou a oferecer o Touareg Híbrido, mas desistiu por causa de seu alto valor de venda.

Além disso, os modelos 100% elétricos Nissan Leaf e Renault Kangoo ZE já receberam sua homologação para rodar no país, sendo que este último ainda não foi lançado.

### **Lifan retoma aos poucos a produção uruguaia**

16/05/2017 – Fonte: Automotive Business



A Lifan começa a retomar a produção no Uruguai pelo utilitário esportivo X60. De acordo com a empresa o ritmo ainda é de pré-série e a montagem regular só ocorrerá quando a demanda pelo carro justificar.

Ainda segundo a Lifan a operação ocorre com cerca de 100 funcionários, metade do que empregava no fim de 2015. A produção da picape utilitária Foison e do sedã pequeno LF 530 ainda não foi retomada por causa de estoques antigos.

O novo X60 recebeu modificações de estilo e passará a ter câmbio automático CVT como opção ao manual de cinco marchas. O utilitário esportivo é o carro mais vendido da Lifan no Brasil. Apesar da produção interrompida no começo de 2016 ele teve mais de 2 mil unidades emplacadas no ano passado por causa de sua boa relação custo-benefício.

Ele recebe motor 1.8 a gasolina de 128 cavalos e tem preço sugerido de R\$ 61.990. O espaço é semelhante ao de um Renault Duster, cujo preço inicial é de R\$ 67.990.



## **Brasil adota medida para proteger usinas de importações de etanol dos EUA**

16/05/2017 – Fonte: Reuters Brasil

O Brasil adotou a partir desta segunda-feira uma medida que ajuda a proteger o mercado de etanol de cana brasileiro de crescentes importações do biocombustível de milho norte-americano, com a imposição de estoques mínimos pelos importadores.

Segundo o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, a medida é uma boa saída numa tentativa de conter fortes importações do produto norte-americano, uma vez que a imposição de taxaço ao biocombustível estrangeiro, como defendem alguns grupos, poderia custar caro ao país, com possíveis retaliações norte-americanas.

O ministro disse que o governo não está "barrando, mas criando algumas limitações para importações de etanol de milho", segundo declaração dada durante palestra em São Paulo.

"Eu particularmente sou contra a taxaço porque acho que isso vai voltar para nós bem mais caro, via retaliação, mas precisamos de algumas medidas para proteger nosso etanol de cana do etanol dos EUA de milho", disse ele.

Com alternativa a uma taxaço, o governo publicou nesta segunda-feira resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) que determina que agentes que exercerem a atividade de importação de biocombustíveis deverão atender as mesmas obrigações de manutenção de estoques mínimos e de comprovação de capacidade para atendimento ao mercado exigidas dos produtores instalados no país.

As usinas locais atualmente precisam ter estoques de etanol equivalentes a pelo menos 8 por cento de suas vendas totais no ano anterior até 31 de março. A regra foi criada para garantir etanol suficiente na entressafra de cana do centro-sul, a principal região produtora do país. Esse período vai de dezembro ao fim de março.

"Essa medida significa que um importador terá de investir em infraestrutura. Isso provavelmente tirará do mercado aqueles pequenos operadores que fazem negociações oportunistas", disse um operador de etanol local que não quis ser identificado.

Como forma de impor limites, o governo chegou a discutir a possibilidade de retomada da tarifa no início de maio, mas houve consenso de que o tema deveria passar por mais debates técnicos antes de voltar à Câmara de Comércio Exterior (Camex), o que poderia ocorrer na reunião de junho.

As importações de etanol dos EUA aumentaram cinco vezes para um recorde de 720 milhões de litros no primeiro trimestre, segundo dados oficiais.

O Brasil, apesar de grande produtor de etanol, costumava importar volumes principalmente dos EUA para suprir a oferta na entressafra.

Mas as compras brasileiras aumentaram fortemente nos últimos meses para preencher a lacuna deixada pelo declínio da produção interna, uma vez que os produtores elevaram o volume de cana para a produção de açúcar, que estava mais rentável que o biocombustível.

"Se vocês pegarem o volume de etanol importado no ano passado e este ano até abril, já importamos quase o mesmo volume que tinha sido importado do ano passado, mostrando que isso está numa ascensão violenta... pela super safra de milho que está tendo lá nos EUA. É evidente que esse etanol, quando entra aqui, tira (mercado) do nosso etanol nacional", declarou o ministro, eleito deputado federal por Pernambuco.

A maior parte das importações segue para os portos do Nordeste, onde os produtores de etanol estão liderando os pedidos de proteção.

De acordo com o ministro, as associações de produtores estão buscando mecanismos de proteção, mas ele é "mais simpático" a normas como esta publicada nesta segunda-feira sobre a necessidade de estoques mínimos.

"O produtor de etanol nacional tem uma série de obrigações a cumprir para poder garantir o abastecimento do mercado, o importador não tem essa obrigação, nenhum desses custos que o nacional tem. Não estamos proibindo, só estamos... se quiser importar pode, mas tem que seguir as mesmas obrigações que o produtor nacional tem, o que é justo...", declarou.

Coelho Filho disse que, de parte do Ministério de Minas e Energia, a proteção ao etanol nacional se restringe a esta medida.

Ele acrescentou que produtores estão apresentando demandas adicionais ao Ministério da Agricultura, pasta que encaminhou o pleito da tarifa à Camex para discussão em maio.

A imposição de uma tarifa de até 20 por cento sobre as importações de etanol, como defende alguns setores da indústria, colocaria o Brasil em uma rota de colisão com a política comercial mais agressiva da administração Donald Trump.

O Brasil é o principal mercado para as exportações de etanol de milho dos EUA.